

Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas, a qual foi emitida sem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2001. — O Fiscal Único, Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Maria Augusta Cardador Francisco*.

### Relatório do auditor

1 — Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000, as demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração da sociedade. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião, baseada na nossa auditoria, sobre estas demonstrações financeiras.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e a nossa opinião sobre as mesmas encontra-se expressa no nosso relatório datado de 18 de Fevereiro de 2000, a qual não continha reservas.

4 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., em 31 de Dezembro de 2000, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 2).

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2001. — O Auditor, *Arthur Andersen*.

### Extracto da acta da assembleia geral

Aos 27 dias do mês de Março de 2001, pelas 11 horas, reuniu no edifício sede da Caixa Geral de Depósitos, sito na Avenida João XXI, 63, 9.º, sala 9, em Lisboa, a assembleia geral de accionistas da Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., (...).

(...) Assumiu a presidência da mesa da assembleia geral o Dr. José Manuel Simões Correia, na qualidade de presidente, sendo secretariado pelo Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro, Dr. Vítor Manuel Dinis Lopes na qualidade de secretários da mesa da assembleia geral e pelo Dr. José Hipólito de Oliveira André Figueiras, na qualidade de secretário da sociedade.

(...) Colocado à votação o relatório de gestão do conselho de administração (...) foi o mesmo aprovado por maioria (...).

(...) Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos, referente à deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados no montante de 1 145 890 409\$80, foi apresentada uma proposta pelo Eng. Fernando Sequeira em nome da sua representada Caixa Geral de Depósitos, S. A. (...):

Para reforço da reserva legal .....	114 589 041\$00
Para reforço de outras reservas .....	451 051 368\$80

Para distrib. de dividendos .....	540 000 000\$00
Para distrib. aos trabalhadores da empresa ....	32 000 000\$00
Para distrib. ao conselho de administração ....	8 250 000\$00
(...)	

Posta a proposta da Caixa Geral de Depósitos, S. A., à votação, foi a mesma aprovada por maioria (...).

(Sem assinaturas.) 3000075294

### NOVABASE, SGPS, S. A.

#### Relatório n.º 10-E/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 1495/900126; identificação de pessoa colectiva n.º 502280182; número e data da inscrição: 37/30 de Setembro de 2002.

Maria Filomena da Costa Silva Loureiro, segunda-ajudante, da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas simples e consolidadas, da sociedade em epígrafe do ano de 2001.

Está conforme o original.

Lisboa, 26 de Julho de 2003. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.

#### Relatório e contas de 2001

##### Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Raul Bordalo Junqueira.  
Secretário: Diogo Leônidas Rocha.

Conselho fiscal:

Presidente: Pedro Rebelo de Sousa.  
Manuel de Oliveira Rego, em representação da Oliveira Rego & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.  
João Francisco Ferreira de Almada e Quadros Saldanha.

Vogais suplente:

José Miguel Caseiro Martins Godinho.  
Alexandre Hipólito dos Santos, em representação da Oliveira Rego & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Conselho de administração:

Presidente: Rogério dos Santos Carapuça.  
José Afonso Oom Ferreira de Sousa.  
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho.  
Luís Paulo Cardoso Salvado.  
João Nuno da Silva Bento.  
Álvaro José da Silva Ferreira.  
Paulo Jorge Freire Andrez.  
João Vasco Tavares da Mota Ranito.  
João Filipe Santos Teixeira Neto.  
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus.  
Nuno Miguel Isidoro Duarte.

#### Mensagem do presidente

Terminou mais um ano de actividade da Novabase. Mais um ano de grande; crescimento face ao exercício anterior, quer em volume de negócios (82,5%), quer em resultados operacionais (85,4%), quer em resultados líquidos (38,9%). Retirando o efeito de mais-valias financeiras realizadas em 2000, o crescimento dos resultados líquidos em 2001 foi de 192,4%. Os ganhos por acção (EPS — *earnings per share*) atingiram os 0,315 euros contra 0,227 euros em 2000, ou seja registaram um crescimento de 38,7%. Tudo isto num contexto recessivo, quer nacional quer internacionalmente.

A Novabase é, no final do exercício de 2001, uma empresa quatro vezes maior e com resultados cinco vezes superiores do que no último exercício imediatamente anterior à sua entrada em bolsa (em 1999, apenas há dois anos).

Caminhamos assim, com passos seguros, rumo à liderança do mercado português de tecnologias de informação. Aumentámos também a dimensão das nossas operações no Brasil e iniciámos uma nova frente de trabalho (geografia) em Espanha.

Os novos negócios na área da TV Interactiva prosperaram, constituindo já em 2001 parte significativa do nosso volume de negócios (20,8%). O ASP (Application Service Provider) deu os seus primeiros passos, conquistou os seus primeiros clientes, num ano em que muitos falharam iniciativas deste tipo. Esta divisão representou já 1,8% do volume de negócios da Novabase. Novas áreas emergentes ganharam projecção como a bilhética e o controlo de acessos), estabelecendo a Novabase não apenas como uma empresa de integração de sistemas e *outsourcing*, mas também de soluções de engenharia, envolvendo *hardware* e *software* embarcado.

No plano bolsista o comportamento do título Novabase pode considerar-se positivo dadas as tendências internacionais negativas relativas às empresas do sector das TMT, acentuadas pela fraqueza demonstrada pela bolsa nacional em geral e pelo sector das tecnologias em particular.

A Novabase é, no contexto das suas congéneres cotadas no conjunto das bolsas de Lisboa e Madrid, isto é, no espaço ibérico, a empresa do sector das tecnologias de informação que mais cresceu em 2001, quer em volume de negócios, quer em resultados.

Uma Novabase mais internacional implica mais processos e melhores sistemas. O, exercício de 2001 foi igualmente marcado pela produção e arranque de exploração dos primeiros módulos de uma nova geração de sistemas de informação de gestão internos. Destacam-se as aplicações para a área de recursos humanos (já em produção), para a área comercial (já em produção) e para as áreas financeira, contabilística, logística e de gestão de projectos (a entrar em produção ao longo de 2002).

Uma outra iniciativa na área do *workflow* e gestão documental já permitiu eliminar a maior parte da circulação interna de documentação em papel. Uma nova versão da Intranet e um novo *site* institucional na Internet estão igualmente em fase de conclusão para entrar em funcionamento no início de 2002.

Para 2002 vamos reforçar a nossa organização, reagrupando os nossos negócios em três divisões, com o objectivo de que cada uma delas corresponda a um negócio de características diferentes dos restantes. Assim, teremos a divisão Novabase Consulting, que incluiu as anteriores estruturas Novabase e Consulting, Novabase ASP e a NBO (recrutamento e cedência de recursos humanos). Por seu turno, as áreas de TV Interactiva, bilhética e controlo de acessos integram a nova divisão Novabase Engineering Solutions. Finalmente pretende-se criar uma nova área de formação (quer tradicional, quer baseada em novas plataformas de *e-learning*), materializada na divisão Novabase Training. A marca Octal será utilizada para linhas de equipamentos fornecidas pela divisão Novabase Engineering Solutions.

Em 2002 temos como objectivo aprofundar a nossa aposta na internacionalização das divisões Novabase Consulting e Novabase Engineering Solutions, bem como, na frente doméstica, aprofundar as nossas actividades no domínio do *outsourcing* e dar um novo impulso à área da formação.

Criar novas organizações da Novabase noutros países exige sobretudo uma adequada formalização quer dos nossos valores organizacionais como da nossa forma de funcionar (ADN da Novabase). Este é um pilar fundamental para uma Novabase de dimensão internacional. Uma Novabase que aposta nas pessoas como o seu activo central e que aposta na inovação como alavanca competitiva principal. Queremos e podemos ser uma forte empresa no mercado ibérico das tecnologias de informação e um membro de pleno direito do grupo das empresas com maior potencial de crescimento e valorização no espaço europeu.

O Presidente do Conselho de Administração, *Rogério Carapuça*.

## Relatório de gestão do conselho de administração

*Srs. Accionistas:*

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre a esta administração submeter à vossa apreciação o relatório e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

### 1 — Introdução

Durante o exercício de 2001, a empresa procedeu a um reforço do capital no valor de 27 982 euros, para o total de 14 127 982 euros, traduzido em 28 255 964 acções no valor nominal de 0,5 euros cada uma, tendo sido aprovado em assembleia geral e implementado um Plano de Stock Options para todos os colaboradores do grupo Novabase.

A participação durante 2001, na constituição de três novas sociedades veio permitir o, reforço da oferta da Novabase nas áreas especializadas onde o grupo já opera, bem como a criação de novas ofertas tecnológicas especializadas e a intervenção em novas áreas de elevado potencial.

O universo das participadas da Novabase, cuja consolidação se torna exigível nos termos da lei, é caracterizada pela estreita ligação de todas elas à empresa-mãe, quer em termos de gestão quer em termos de actividade inter-empresas.

A actividade desenvolvida pela Novabase reside na prestação de serviços de apoio à gestão e coordenação das participadas.

Ao nível de gestão, as preocupações dominantes têm sido estruturar as áreas de negócio dotando-as das competências necessárias que potenciem o desenvolvimento da estratégia definida, bem como prosseguir a reflexão estratégica acerca dos melhores sistemas de negócio capazes de corresponder aos desafios estratégicos dos clientes, acreditando continuar a evoluir positivamente, com base na capacidade de inovação já demonstrada e no crescimento sustentado visível ao longo dos últimos anos.

O investimento na participação da constituição das três sociedades referidas totalizou o montante de 555 000 euros.

Da análise das demonstrações financeiras importa referir a manutenção do *ratio* de autonomia financeira em 82% (82% em 2001), reflexo da estrutura financeira da empresa, bem como a manutenção de adequados níveis de liquidez.

### 2 — Acções próprias

A empresa transaccionou em bolsa cerca de 967 000 acções próprias, ficando em carteira no final do exercício com o total de 87 258 acções próprias.

O preço médio das acções transaccionadas durante o ano de 2001 situou-se entre os sete euros e os 13 euros.

### 3 — Menções obrigatórias

Durante o exercício, não foram concedidas, nem solicitadas, autorizações para a concretização de negócios entre os administradores e a sociedade.

A empresa não tem débitos em mora à administração fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

### 4 — Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido apurado no exercício de 2001, foi de 8 678 420,25 euros, que se propõe tenha a seguinte aplicação:

Reserva legal: 433 921,01 euros (86 993 352\$).

Resultados transitados: 8 244 499,24 euros (1 652 873 697\$).

### 5 — Agradecimentos

Por último, queremos expressar o nosso apreço e agradecimento aos nossos clientes, pelos desafios que sempre nos colocam; a todos os colaboradores, pelo esforço e dedicação com que desempenharam as suas funções; aos nossos accionistas pela confiança demonstrada; ao conselho fiscal pelo seu permanente acompanhamento e aconselhamento.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2002. — O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luis Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Álvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*.

## Balço em 31 de Dezembro de 2001

## ACTIVO

(Em milhares de euros)

Código das contas		2001		2000
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
	<b>Imobilizado:</b>			
44	Imobilizações em curso .....	—	—	—
43	Imobilizações incorpóreas .....	11 859	2 258	9 601
42	Imobilizações corpóreas .....	600	357	243
41	Imobilizações financeiras .....	32 092	—	32 092
		<u>44 551</u>	<u>2 615</u>	<u>41 936</u>
	<b>Circulante:</b>			
	<b>Existências:</b>			
32	Mercadorias .....	—	—	—
	<b>Dívidas de terceiros:</b>			
211+218	Clientes, c/c .....	4 779	463	4 316
229	Adiantamentos a fornecedores .....	32	—	32
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado .....	—	—	—
24	Estado e outros entes públicos .....	69	—	69
25	Accionistas .....	—	—	—
268+264+221	Outros devedores .....	17 092	—	17 092
		<u>21 972</u>	<u>463</u>	<u>21 509</u>
	<b>Títulos negociáveis:</b>			
18	Outras aplicações de tesouraria .....	16 233	—	16 233
15	Títulos negociáveis .....	612	—	612
		<u>16 845</u>	<u>—</u>	<u>16 845</u>
	<b>Depósitos bancários e caixa:</b>			
13	Depósitos a prazo .....	—	—	—
12	Depósitos à ordem .....	67	—	67
11	Caixa .....	1	—	1
		<u>68</u>	<u>—</u>	<u>68</u>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
271	Acréscimos de proveitos .....	23	—	23
272	Custos diferidos .....	16	—	16
		<u>39</u>	<u>—</u>	<u>39</u>
	<i>Total de amortizações .....</i>			<u>2 615</u>
	<i>Total de provisões .....</i>			<u>463</u>
	<i>Total do activo .....</i>	<u>83 475</u>	<u>3 078</u>	<u>80 397</u>

## CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2001	2000
	<b>Capital próprio:</b>		
51	Capital .....	14 128	14 100
52	Acções próprias .....	(44)	—
53	Prestações suplementares .....	—	—
54	Prémio emissão acções .....	35 153	34 684
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas .....	6 713	2 724
56	Reservas de reavaliação .....	—	—
	<b>Reservas:</b>		
571	Reservas legais .....	319	—
574	Reservas livres .....	901	15
577	Reservas ob. aquisição acções próprias .....	—	—
59	Resultados transitados .....	717	—
		<u>57 887</u>	<u>51 523</u>
88	Resultado líquido .....	8 678	6 371
		<u>66 565</u>	<u>57 894</u>

(Em milhares de euros)

Código das contas		2001	2000
Passivo:			
Dívidas a terceiros:			
231+12	Dívidas a instituições de crédito .....	31	—
221	Fornecedores, c/c .....	1 262	1 332
219	Adiantamentos de clientes .....	—	—
261	Fornecedores de imobilizado, c/c .....	—	—
255	Accionistas .....	—	—
24	Estado e outros entes públicos .....	124	496
262/268	Outros credores .....	12 182	10 720
		<u>13 599</u>	<u>12 548</u>
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos .....	202	202
274	Proveitos diferidos .....	31	31
		<u>233</u>	<u>233</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo .....</i>		80 397	70 675

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luis Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Alvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

### Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2001

#### CUSTOS E PERDAS

Código das contas		2001	2000
61	Custo das mercadorias vendidas .....	—	33
62	Fornecimentos e serviços externos .....	1 467	1 079
64	Custos com pessoal:		
641+642	Remunerações .....	1 328	1 324
645+646+647	Encargos sociais .....	150	195
66	Amortizações do exercício .....	945	1 078
67	Provisões .....	73	462
63	Impostos .....	1	3
65	Outros custos operacionais .....	3	2
	(A) .....	3 967	4 176
684	Amortizações e prov. de aplicações e inv. financeiros .....	—	—
681+685/8	Juros e custos similares .....	697	476
	(C) .....	4 664	4 652
69	Custos e perdas extraordinários .....	228	881
	(E) .....	4 892	5 533
86	Imposto sobre o rendimento do exercício .....	245	196
	(G) .....	5 137	5 729
88	Resultado líquido .....	8 678	6 371
		<u>13 815</u>	<u>12 100</u>

#### PROVEITOS E GANHOS

Código das contas		2001	2000
71+72	Vendas e prestações de serviços .....	2 340	2 888
73	Proveitos suplementares .....	16	1
74	Subsídios à exploração .....	—	8
75	Trabalhos para a própria empresa .....	—	784
76	Outros proveitos operacionais .....	—	—
	(B) .....	2 356	3 681
781+782+785	Outros juros e proveitos similares .....	11 043	8 253

(Em milhares de euros)

Código das contas		2001	2000
	(D) .....	13 399	11 934
79	Proveitos e ganhos extraordinários .....	417	166
	(F) .....	13 815	12 100

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A) .....	– 1 611	– 495
Resultados financeiros: (D–B)–(C–A) .....	10 346	7 777
Resultados correntes: (D–C) .....	8 735	7 282
Resultado antes de imposto: (F)–(E) .....	8 923	6 567
Resultado líquido do exercício: (F)–(G) .....	8 678	6 371

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

### Demonstração dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	2001	2000
Vendas e prestação de serviços .....	2 340	2 888
Custo das vendas e das prestações de serviços .....	2 336	1 759
Resultados brutos .....	4	1 129
Outros proveitos e ganhos operacionais .....	208	175
Custos de distribuição .....	17	104
Custos administrativos .....	–	–
Outros custos e perdas operacionais .....	798	672
Resultados operacionais .....	(603)	528
Custo líquido de financiamento .....	180	116
Ganhos/perdas em filiais e associadas .....	8 328	2 307
Ganhos/perdas em outros investimentos .....	1 378	4 132
Resultados não usuais .....	–	784
Resultados correntes .....	8 923	6 567
Impostos sobre os resultados correntes .....	245	196
Resultados correntes após impostos .....	8 678	6 371
Resultados extraordinários .....	–	–
Impostos sobre resultados extraordinários .....	–	–
Resultado líquido .....	8 678	6 371
Resultados por acção .....	0,00031	0,00032

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

### Anexo ao balanço e demonstração dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota introdutória:

A Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (adiante designada por Novabase ou empresa), criada inicialmente sob

a denominação de Novabase — Sistemas de Informação e Base de Dados, L.<sup>da</sup>, é a empresa mais antiga do Grupo Novabase, detendo as participações sociais das restantes empresas do Grupo. Constituída em 11 de Maio de 1989, teve como actividade principal a produção e comercialização de sistemas informáticos até ao final de 1999.

Em 23 de Dezembro de 1999, esta empresa alterou a sua denominação social e o seu objecto, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como objecto a gestão de participações sociais de outras empresas como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da Novabase, enquanto sociedade gestora de participações sociais, é regulada pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 378/98, de 27 de Novembro, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos estatutos e demais legislação aplicável.

#### 1 — Derrogações ao Plano Oficial de Contabilidade:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POC, sendo de referir que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância dos valores e/ou informações a reportar.

#### 2 — Valores comparativos:

Excepto quanto ao referido no parágrafo seguinte, as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são consistentes em todos os seus aspectos materialmente relevantes com as contas do exercício precedente, não se tendo verificado alterações nas políticas contabilísticas com efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 2001, a empresa utilizou o método de amortização de quotas constantes por duodécimos aos bens adquiridos no exercício. O efeito da aplicação deste método gerou uma redução nas amortizações do exercício no valor de 337 milhares de euros.

#### 3 — Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

*a) Imobilizações incorpóreas.* — As imobilizações incorpóreas incluem nas diferentes rubricas de despesas de instalação e trespasses, valorizadas ao custo de aquisição e deduzidas das respectivas amortizações, nomeadamente:

Despesas incorridas aquando da operação de dispersão de capital da Novabase na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVLTP), nomeadamente despesas de instalação. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos;

Trespases, relativos à diferença entre o valor de aquisição de participações financeiras e o valor patrimonial equivalente das empresas adquiridas, à data de aquisição, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de dez anos.

Em 2001, a empresa utilizou o método de amortização de quotas constantes por duodécimos aos bens adquiridos no exercício. O efeito da aplicação deste método gerou uma redução nas amortizações do exercício em 337 milhares de euros.

*b) Imobilizações corpóreas.* — Os bens do activo imobilizado são registados ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua colocação em funcionamento. As despesas efectuadas em benefício de imobilizações que aumentem a sua vida útil são capitalizadas e as despesas de manutenção, conservação e reparação são consideradas como custos quando incorridas.

As amortizações são calculadas a partir do ano de entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas anuais definidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. As taxas mais significativas são como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções .....	10 a 50
Equipamento de transporte .....	4

*c) Investimentos financeiros.* — Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o valor das participações financeiras é ajustado anualmente pela percentagem correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício; adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros (v. nota n.º 16).

*d) Contas a receber.* — As contas a receber são relevadas ao seu valor líquido de realização, o qual é determinado tendo em consideração as provisões necessárias para os créditos de cobrança duvidosa. Estas provisões são constituídas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber no final de cada ano.

*f) Operações em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

*g) Responsabilidades para férias e subsídio de férias.* — O valor das responsabilidades por férias e subsídio de férias e respectivos encargos de 2001, a pagar no ano seguinte, foi imputado como custos desses exercícios, por contrapartida da rubrica de acréscimos de custos (nota n.º 48, alínea c)].

*h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações.* — Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de imobilizações estão registados em balanço, na rubrica proveitos diferidos para posterior reconhecimento na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas. A parcela do subsídio reconhecido como proveito no exercício integra os resultados extraordinários consolidados do exercício.

*i) Especialização de exercícios.* — A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (nota n.º 48, alínea c)].

*j) Imposto sobre o rendimento.* — O encargo com o imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), sendo reconhecidas contabilisticamente, se relevantes as situações de diferimento de imposto, em conformidade, com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista), aplicada supletivamente ao Plano Oficial de Contabilidade por força da entrada em vigor da Directriz Contabilística n.º 18 (v. nota n.º 6).

#### 6 — Imposto sobre o rendimento:

O pagamento do IRC é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas, até ao exercício de 1997, a inspecção eventual pelas autoridades fiscais, durante um período de cinco anos contado a partir do exercício a que respeitam. A Lei Geral Tributária, pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1999 e veio estabelecer um prazo de caducidade de quatro anos, o que significa que os anos de 1998 em diante ficam sujeitos a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de quatro anos.

Os serviços de inspecção da segurança social têm 10 anos para efectuar correcções aos valores declarados pela empresa, encontrando-se, à presente data, em aberto os anos de 1992 a 2001. De acordo com informação recebida pela empresa não foi efectuada qualquer inspecção ao nível das contribuições para a segurança social.

A diferença entre a taxa real de 2,7% e a taxa nominal de 35,2%, resulta essencialmente de não serem consideradas para efeitos como proveito fiscal os ganhos em empresas do grupo provenientes da aplicação do método da equivalência patrimonial, os quais só serão tributados aquando da atribuição dos dividendos.

## 7 — Número médio de pessoal:

No final do exercício, a empresa tinha 11 empregados (2000: 11).

## 8 — Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento:

Em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2001	2000
Despesas de instalação .....	256	256
Amortização acumulada .....	(182)	(97)
	74	159

## 9 — Trespases:

Esta rubrica regista 11 600 milhares de euros respeitante ao *goodwill* apurado na aquisição das participações sociais das empresas associadas. A amortização dos trespases será efectuada pelo período de 10 anos, que se considera ser o período necessário para recuperar o investimento efectuado.

## 10 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

## Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação .....	256	—	—	—	256
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	—	—	—	3	3
Trespases (nota n.º 16) .....	9 621	3 906	(1 927)	—	11 600
Imobilizações em curso .....	3	—	—	(3)	—
	9 880	3 906	(1 927)	—	11 859
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Edifícios e outras construções .....	544	—	—	—	544
Equipamento básico .....	33	1	—	—	34
Equipamento transporte .....	21	—	—	—	21
Ferramentas e utensílios .....	—	1	—	—	1
	598	1	—	—	600
<b>Imobilizações financeiras:</b>					
Partes de capital empresa do grupo e part. (nota n.º 16) .....	20 852	11 673	(435)	—	32 090
Títulos e outras aplicações financeiras .....	1	1	—	—	2
<i>Total</i> .....	20 853	11 674	(435)	—	32 092

## Amortizações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação .....	97	85	—	—	182
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	—	—	—	—	—
Trespases (nota n.º 16) .....	1 445	631	—	—	2 076
	1 542	716	—	—	2 258
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Edifícios e outras construções .....	288	26	—	—	314
Equipamento básico .....	11	11	—	—	22
Equipamento transporte .....	21	—	—	—	21
	320	37	—	—	357
<i>Total</i> .....	1 862	753	—	—	2 615

Durante o exercício, a empresa celebrou diversos contratos de aluguer de viaturas, os quais, em termos contabilísticos, tiverem diferentes enquadramentos: *i*) nas demonstrações individuais foram considerados como contratos operacionais e *ii*) nas demonstrações consolidadas foram considerados como contratos financeiros e consequentemente imobilizados.

O montante dos contratos ascende a 431 milhares de euros e valor das respectivas amortizações ascende a 176 milhares de euros, dos quais 78 milhares de euros são do exercício. O montante de capital em dívida, conforme mencionado na nota n.º 31 (*ii*) ascende a 241 milhares de euros.

## 16 — Empresas do grupo, associados e participadas:

(*i*) Em 31 de Dezembro de 2001, as empresas do grupo, participadas e associadas eram como segue:

Denominação social	Sede	Percen-tagem de parti-cipação	31 de Dezembro de 2001	
			Capital próprio	Result. do exercício
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Novabase — Suporte à Decisão, S. A. ....	Lisboa	96,52	1 762	1 135
Novabase Porto, S. A. ....	Porto	100,00	1 017	47

Denominação social	Sede	Porcentagem de participação	31 de Dezembro de 2001	
			Capital próprio	Result. do exercício
NBO Recursos em TI, S. A. ....	Lisboa	100,00	2 419	1 939
C Focus — Soluções de Marketing, S. A. ....	Lisboa	86,00	835	556
Novabase Serviços, S. A. ....	Lisboa	100,00	426	196
Mentor.IT — Consultoria em TT, S. A. ....	Lisboa	77,50	77	26
Novabase — Sistemas de Informação, S. A. ....	Lisboa	74,81	3 306	72
Novabase — Desenvolvimento à Medida, S. A. ....	Lisboa	94,95	3 802	2 287
Novabase Data Quality, S. A. ....	Lisboa	96,00	2 473	1 397
Mind — Software Multimedia e Industrial, S. A. (a) ....	Lisboa	50,00	325	187
Sapi 2-ci — Consultoria Informática, L.da (b) ....	Porto	50,00	236	95
Sapi 2-pi — Projectos Informáticos, L.da (b) ....	Porto	50,00	19	63
Novabase — Geoinformação, S. A. ....	Lisboa	74,99	82	69
Novabase Saúde, S. A. ....	Lisboa	55,00	2 106	(238)
Octal — Engenharia de sistemas, S. A. ....	Lisboa	100,00	4 711	1 032
Novabase Brasil, Ltda. ....	São Paulo	80,00	1 070	(310)
Octaltv, S. A. ....	Lisboa	60,67	1 523	1 294
Novabase — Outsourcing, S. A. ....	Lisboa	92,50	2 549	51
Novabase — Integração de Processos, S. A. ....	Lisboa	90,00	328	184
Ontv, S. A. (a) ....	Lisboa	51,00	388	253
SAF, S. A. ....	Lisboa	51,00	410	(13)
Novabase — Gestão Empresarial, S. A. ....	Lisboa	97,50	563	112
Novabase — Gestão de Activos, S. A. ....	Lisboa	100,00	50	—
TVLab, S. A. (a) ....	Lisboa	50,00	461	(65)
CelFocus, S. A. ....	Lisboa	47,30	505	356
Praetor II, L.da ....	Lisboa	96,52	1	5
Praetor III, L.da ....	Lisboa	96,52	57	5
Sub-grupo Novabase Capital:				
Novabase Capital, SGPS, S. A. ....	Lisboa	100,00	3 836	(52)
Subsidiárias:				
Deltafor, L.da ....	Lisboa	100,00	387	90
Milenar, S. A. ....	Lisboa	75,00	105	9
Clipanúncios, S. A. ....	Lisboa	25,00	341	(79)
Manchete, S. A. ....	Lisboa	25,00	250	(34)
SuperEmprego, S. A. ....	Lisboa	36,25	(85)	(361)
Dínamo, S. A. ....	Lisboa	40,00	493	26
NetSaúde ....	Lisboa	20,00	1 631	(369)

(a) Entidade conjuntamente controlada.

(b) Existe um acordo parassocial entre os actuais sócios, dando à Novabase um controlo maioritário na gestão da Sapi2.

Durante o exercício, a empresa alienou participações na Mercabolsa, Codeware e WebMedia.

No decurso de 2001, a Novabase continuou a apostar no seu modelo de desenvolvimento empresarial que privilegia a constituição de *spin-offs*, tendo sido constituída a Novabase Gestão Empresarial, S. A., a TVLab, S. A., e foi ainda constituída a Novabase Gestão de Activos, S. A., que iniciou a sua actividade só no princípio de 2002.

A Novabase apresenta as suas contas consolidadas com estas empresas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, o qual define as normas relativas à consolidação de contas em Portugal.

(ii) A composição dos investimentos financeiros sumariza-se como segue:

	Saldo inicial	Aquisições (a)	Percent. de participação de result. (nota n.º 45)	Ajustam. de partes de capital (nota n.º 40)	Percent. de participação de result. (nota n.º 45)	Dividendos	Saldo final
Empresas do Grupo:							
Novabase — Suporte Decisão ....	671	29	1 095	(95)	—	—	1 701
Novabase Porto ....	968	—	46	—	—	—	1 015
NBO ....	530	—	1 934	(52)	—	—	2 413
CFOCUS ....	244	18	477	(24)	—	—	716
Novabase Serviços ....	229	—	196	—	—	—	425
Mentorit ....	40	—	20	—	—	—	60
Novabase Capital ....	3 805	(318)	—	401	(52)	—	3 836
Novabase — Sistemas Informação ....	3 316	(363)	54	(67)	—	—	2 940
Novabase — Desenvolvimento Medida ....	1 452	50	2 166	(66)	—	—	3 602
Novabase Data Quality ....	996	66	1 338	(32)	—	—	2 368
Mind ....	105	—	93	(36)	—	—	162
Sapi 2 ....	130	—	47	(59)	—	—	118
Novabase Geoinformação ....	10	—	52	—	—	—	62
Novabase Saúde ....	1 286	—	—	—	(131)	—	1 156
Octal ....	1 675	1 995	1 029	—	—	—	4 700

	Saldo inicial	Aquisições (a)	Percent. de participação de result. (nota n.º 45)	Ajustam. de partes de capital (nota n.º 40)	Percent. de participação de result. (nota n.º 45)	Dividendos	Saldo final
Novabase Brasil .....	806	—	—	296	(247)	—	854
Octal TV .....	127	—	648	—	—	—	775
Novabase Outsourcing .....	2 305	—	48	—	—	—	2 353
Novabase — Integração Processos .....	129	—	165	—	—	—	294
ONTV .....	69	—	129	—	—	—	197
SAF .....	215	—	—	—	(7)	—	208
Novabase — Gestão Empresarial .....	—	439	109	—	—	—	548
TVLab .....	—	262	—	—	(32)	—	230
Novabase — Gestão de Activos .....	—	50	—	—	—	—	50
Mercabolsa .....	23	(23)	—	—	—	—	—
Codeware .....	412	(412)	—	—	—	—	—
	<u>19 542</u>	<u>1 794</u>	<u>9 647</u>	<u>267</u>	<u>(469)</u>	<u>—</u>	<u>30 780</u>
Empresas associadas:							
Infordesporto .....	1 310	—	—	—	—	—	1 310
	<u>20 852</u>	<u>1 794</u>	<u>9 647</u>	<u>267</u>	<u>(469)</u>	<u>—</u>	<u>32 090</u>

(a) O valor de aquisição encontra-se reduzido pelo valor de trespasse (nota n.º 9). Na nota n.º 10, o valor dos aumentos inclui i) o valor de aquisição e ii) o valor de trespases.

O investimento é inicialmente registado pelo seu custo, sendo a respectiva participação financeira subsequentemente ajustada, em cada período, pelas alterações ocorridas no capital próprio das participadas — após eliminação de operações entre elas. Os lucros obtidos pelas participadas aumentam o valor do investimento e os prejuízos diminuem; aquando da distribuição de resultados, o valor do investimento é diminuído visto que pelo reconhecimento dos lucros o valor do investimento tinha já sido aumentado.

(iii) Os saldos em 31 de Dezembro de 2001 e as transacções efectuadas durante o exercício findo naquela data com as empresas do Grupo Novabase, resumiram-se como segue:

	Activo		Passivo		Demonstração de resultados		
	Clientes	Outros devedores	Fornec.	Outros credores	Fornec. e serviços externos	Prest. de serviços	Prest. suplementares
Novabase Serviços .....	460	2 679	—	175	—	—	—
Novabase — Sistemas Informação .....	126	—	2	5 474	2	2	—
Novabase Data Quality .....	—	—	62	2 406	2	—	—
Novabase Saúde .....	175	—	—	—	1	150	—
Novabase Outsourcing .....	—	341	3	1 193	—	115	—
Novabase — Integração Processos .....	48	2 368	—	67	1	87	—
Cfocus .....	37	1 611	—	—	—	—	—
Novabase Porto .....	60	1 152	101	—	10	—	—
Novabase — Suporte Decisão .....	50	—	—	1 566	2	—	—
Novabase — Gestão Empresarial .....	19	1 323	—	203	—	1	—
NBO .....	—	—	30	70	—	—	—
Novabase Porto .....	—	900	101	—	—	—	—
Novabase Serviços .....	460	2 679	—	175	—	209	—
Novabase — Desenvolvimento Medida .....	3	299	—	—	—	5	—
Novabase Capital .....	28	—	827	—	698	171	—
Mentor .....	13	116	—	—	1	—	—
Octal .....	2 329	998	2	—	—	873	—
OctalTV .....	740	2 199	—	—	—	598	—
Mind .....	10	175	—	—	—	—	—
Novabase Geoinformação .....	4	343	—	—	—	—	—
Celfocus .....	—	—	—	—	—	—	—
Novabase Brasil .....	72	1 287	—	—	—	75	—
Novabase — Gestão de Activos .....	—	—	—	47	—	—	—
TVLab .....	—	1	—	—	—	—	—
Deltafor .....	—	115	13	—	12	—	—
	<u>4 634</u>	<u>18 585</u>	<u>1 142</u>	<u>11 377</u>	<u>728</u>	<u>2 285</u>	<u>—</u>

## 23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

O valor das dívidas de cobrança duvidosa teve a seguinte evolução:

	2001	2000
Clientes de cobrança duvidosa .....	468	789

## 28 — Estado e outros entes públicos:

A empresa não tem débitos em mora ao Estado ou outros entes públicos. Contudo, existe uma participada, cuja regularização de dívidas ao Estado foi autorizada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto — Plano Mateus; o valor total em dívida a 31 de Dezembro de 2001, ascende a 9 milhares de euros e o vencimento da última prestação é em Março de 2002.

31 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço:

Existem compromissos financeiros que não figuram no balanço resultantes de:

i) Garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projectos em curso nas seguintes empresas do grupo (em milhares de euros):

Novabase — Desenvolvimento Medida .....	BPI	60
Novabase Suporte Decisão .....	BES	131
Novabase — Gestão Empresarial .....	BPI	43
Novabase Saúde .....	BCP	137
Novabase — Integração de Processos .....	BPI	22
NBO .....	BPI	2
Novabase Porto .....	BPI	77
Novabase — Suporte Decisão .....	BES	142
Novabase — Suporte Decisão .....	BPI	553
Novabase — Sistemas Informação .....	BES	502
Novabase — Sistemas Informação .....	BPI	598

2 267

ii) rendas vincendas resultantes de contratos de aluguer de viaturas (AOV), no montante de 241 milhares de euros e respectivos encargos financeiros, no montante de 52 milhares de euros.

32 — Garantias prestadas:

O montante de 1162 milhares de euros resulta de garantias bancárias emitidas pela empresa junto dos seguintes bancos:

- i) Banco Português de Investimento, 689 milhares de euros;
- ii) Banco Nacional Ultramarino, 206 milhares de euros;
- iii) Mapfre, 74 milhares de euros;

- iv) Caixa Geral de Depósitos, 63 milhares de euros; e
- v) Banco Português do Atlântico, 130 milhares de euros.

34 — Movimento ocorrido nas provisões:

O movimento ocorrido no exercício de 2001 detalha-se da seguinte forma:

	Saldo inicial	Au-mentos	Transfe-rências	Redu-ções	Saldo final
Provisões para cobr. duvidosas:					
Cientes de cobr. duvidosa .....	515	74	—	(126)	463

35 — Movimento ocorrido no capital:

Por escritura de 1 de Junho de 2001, o capital social da empresa passou de 14 000 100 euros para 14 127 982 euros, sendo o aumento no montante de 27 982 euros, realizado através da emissão de 55 964 novas acções ordinárias, com o valor nominal de meio euro cada.

38 — Aumento do capital no exercício:

Conforme já descrito na nota n.º 35, a empresa procedeu a um aumento de capital, sendo o seu montante, integralmente subscrito e realizado, de 27 982 euros, através da emissão de 55 964 novas acções ordinárias, com o valor nominal de meio euro cada. Assim, a 31 de Dezembro de 2001, o capital social da empresa no valor de 14 128 milhares de euros, era representado por 28 255 964 acções, no valor nominal de meio euro cada.

40 — Variação nas outras rubricas de capital próprio:

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio durante o exercício de 2001 foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital .....	14 100	28	—	14 128
Prémio de emissão de acções .....	34 684	1 370	(901)	35 153
Acções próprias .....	—	(44)	—	(44)
Ajustamentos de partes de capital (nota n.º 16) .....	2 724	3 989	—	6 713
Reserva legal .....	—	319	—	319
Reservas livres .....	15	901	(15)	901
Resultados transitados .....	—	6 053	(5 336)	717
Resultado líquido do exercício:				
2000 .....	6 371	—	(6 371)	—
2001 .....	8 678	—	8 678	—
	<u>57 894</u>	<u>21 294</u>	<u>(12 623)</u>	<u>66 565</u>

A empresa alienou 96 111 acções próprias a diversos promotores de empresas participadas, tendo em carteira a 31 de Dezembro de 2001, 87 258 acções próprias.

A variação ocorrida no exercício de 2001 nas rubricas de ajustamentos de partes de capital em empresas filiais e associadas deve-se:

- i) Às regularizações descritas na nota n.º 16; e
- ii) aos montantes correspondentes a lucros imputáveis à participação e não distribuídos, os quais se encontravam em resultados transitados.

De acordo com a legislação vigente, a empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de acções não podem ser distribuídos aos accionistas podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Por deliberação da assembleia geral de Maio de 2001, a empresa procedeu à aplicação do resultado do exercício de 2000 como segue:

- i) 318 milhares de euros para reservas legais; e
- ii) 6053 milhares de euros para resultados transitados.

43 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante o exercício de 2001 ascenderam a 1322 milhares de euros.

44 — Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos:

A generalidade dos serviços prestados está relacionada com a actividade principal referida na nota introdutória a este anexo. Todos os proveitos dessa actividade foram gerados no mercado interno.

Uma análise dos serviços prestados por segmento de negócio consta do relatório de gestão.

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	CUSTOS E PERDAS	
	2001	2000
Juros suportados .....	149	82
Perdas em empresas do Grupo e associadas (nota n.º 16) .....	469	351
Diferenças de câmbio desfavorável .....	—	8
Perdas alienação aplicações tesouraria .....	48	—
Outros custos e perdas financeiros .....	31	35
	<u>697</u>	<u>476</u>
Resultados financeiros .....	<u>10 346</u>	<u>7 777</u>
	<u>11 043</u>	<u>8 253</u>

## PROVEITOS E GANHOS

	2001	2000
Juros obtidos .....	1 396	764
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (nota n.º 16) .....	9 646	4 120
Diferenças de câmbio desfavoráveis .....	—	3
Ganhos alienação aplicações tesouraria .....	—	3 365
Outros proveitos e ganhos financeiros .....	1	1
	<u>11 043</u>	<u>8 253</u>

As rubricas de perdas em empresas do grupo e anos em empresas do grupo reflectem os resultados do exercício de 2001 apropriados no âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, referido na nota n.º 16.

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

## CUSTOS E PERDAS

	2001	2000
Donativos .....	18	—
Perdas em imobilizações .....	204	1
Multas e penalidades .....	—	—
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	1	95
Outros custos e perdas extraordinários .....	5	785
	<u>228</u>	<u>881</u>
Resultados extraordinários .....	189	(715)
	<u>417</u>	<u>166</u>

## PROVEITOS E GANHOS

	2001	2000
Ganhos em imobilizações .....	225	3
Redução de amortizações e provisões .....	126	6
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	3	100
Outros proveitos e ganhos extraordinários .....	63	57
	<u>417</u>	<u>166</u>

47 — Informações exigidas por diplomas legais:

Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informamos não ser a empresa devedora de quaisquer contribuições vencidas à segurança social.

48 — Outras informações:

a) Estado e outros entes públicos:

Os saldos com estas entidades são os seguintes:

	Saldos devedores		Saldos credores	
	2001	2000	2001	2000
Imposto sobre o rendimento — IRC	69	160	54	64
IRS/IRC — Retenções na fonte .....	—	—	54	64

	Saldos devedores		Saldos credores	
	2001	2000	2001	2000
Imposto sobre o valor acrescentado	—	—	55	407
Segurança social .....	—	—	14	25
	<u>69</u>	<u>160</u>	<u>124</u>	<u>496</u>

b) Outros devedores e credores:

	2001	2000
Outros devedores:		
Pessoal .....	215	5
Devedores diversos — empresas do Grupo (nota n.º 16) .....	15 031	8 265
Outros devedores .....	1 845	953
	<u>17 092</u>	<u>9 223</u>
Outros credores:		
Pessoal .....	17	—
Cred. por subscrições não liberadas (a) .....	1 976	2 594
Cred. diversos — empresas do Grupo (a) .....	9 688	6 634
Outros credores .....	501	1 492
	<u>12 182</u>	<u>10 720</u>

(a) Estes valores totalizam 11 664 milhares de euros, e a sua decomposição consta na nota n.º 16 (iii).

c) Acréscimos e diferimentos:

	2001	2000
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber .....	23	461
Custos diferidos:		
Seguros .....	16	12
Acréscimos de custos:		
Férias, subs. de férias e outros encargos com órgãos sociais .....	202	193
Outros acréscimos de custos .....	—	9
	<u>202</u>	<u>202</u>
Proveitos diferidos:		
Subsídios para invest. em imobilizado .....	31	31

49 — Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciado na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções:

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no POC para preparação da demonstração dos resultados por natureza. Assim, o valor dos resultados extraordinários 189 milhares de euros apresentado na demonstração dos resultados por naturezas (v. nota n.º 46), foi reclassificado para as rubricas de outros proveitos e ganhos operacionais, o que proporciona as seguintes diferenças nas naturezas de resultados:

	2001			2000		
	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções
Resultados operacionais .....	(1 611)	1 008	(603)	(494)	1 023	529
Resultados financeiros .....	10 346	(10 346)	—	7 777	(7 777)	—
Resultados correntes .....	8 735	188	8 923	7 283	(715)	6 568

	2001			2000		
	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções
Resultados extraordinários .....	189	(189)	—	(715)	715	—
Resultados líquido do exercício .....	8 678	—	8 678	6 371	—	6 371

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luís Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Álvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

### Certificação legal das contas e relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 80 397 milhares de euros e um total de capital próprio de 66 565 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8678 milhares de euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa:

a) A preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, a posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação:

a) Da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos

os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 7 de Março de 2002. — Oliveira Rêgo & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel de Oliveira Rêgo*.

### Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — No desempenho das funções previstas no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao conselho fiscal emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

2 — O conselho fiscal acompanhou os actos de gestão mais relevantes e efectuou verificações ao longo do ano às contas e aos sistemas de controlo interno, apresentando relatórios dos trabalhos, bem como sugestões quando as considerou adequadas. No desenvolvimento da sua actividade este conselho contou sempre com a melhor colaboração do conselho de administração e dos serviços.

3 — Nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho apreciou o relatório anual do revisor oficial de contas.

4 — No final do exercício o conselho fiscal analisou os documentos de prestação de contas e o relatório apresentados pelo conselho de administração, procedeu às verificações que considerou convenientes e apreciou a certificação legal das contas e relatório do auditor, em relação à qual dá a sua concordância.

5 — *Parecer*:

Tudo devidamente ponderado, designadamente o que se contém na certificação legal das contas, somos de parecer que a assembleia geral:

a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2001, apresentados pelo conselho de administração;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão apresentada pelo conselho de administração;

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 7 de Março de 2002. — O Conselho Fiscal: *Pedro Rebelo de Sousa*, presidente — *João Francisco F. de A. E. Quadros Saldanha*, vogal — *Oliveira Rêgo & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel de Oliveira Rêgo*.

### Relatório e contas consolidadas de 2001

#### Relatório consolidado de gestão do conselho de administração

*Srs. Accionistas:*

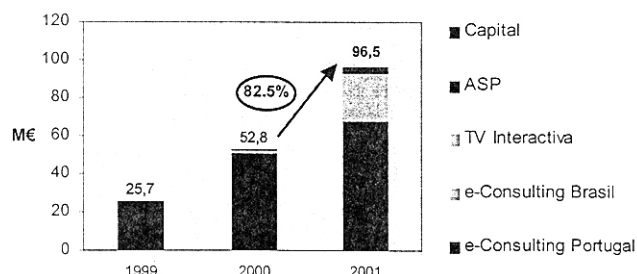
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre a esta administração submeter à vossa apreciação o relatório consolidado e contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

1 — Indicadores chave

1.1 — Volume de negócios

O volume de vendas e prestação de serviços consolidados em 2001 atingiu os 96,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 82,5% face aos 52,8 milhões de euros registados em 2000.

Volume de negócios

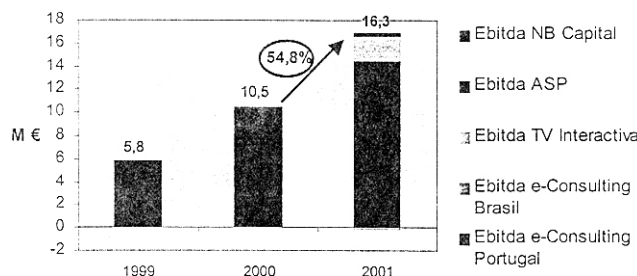


1.2 — Margem EBITDA

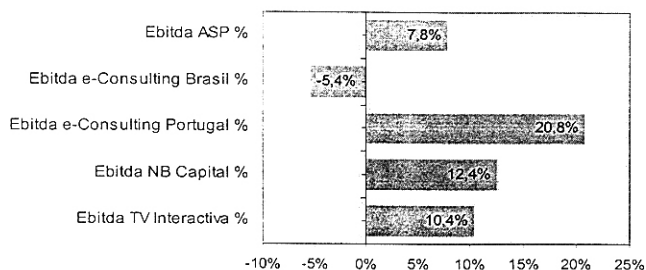
O *cash-flow* operacional (EBITDA) atingiu os 16,3 milhões de euros, mais 54,8% face aos 10,5 milhões de euros registados em 2000.

A margem global Ebitda manteve-se em níveis elevados em 2001, cifrando-se em 16,9%, inferior como se previa à margem global de 2000, que se cifrou em 19,9%, o que resulta da entrada em novos negócios com margens diferentes, caso da TV Interactiva, da entrada em negócios emergentes, caso da Novabase ASP e da entrada em mercados geográficos novos, caso da Novabase Brasil. Os resultados operacionais (EBIT) atingiram os 11,7 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 85,4% face a 2000, em que se cifraram em 6,3 milhões de euros.

Cash-flow operacional (EBITDA)



Cash-flow operacional (EBITDA)

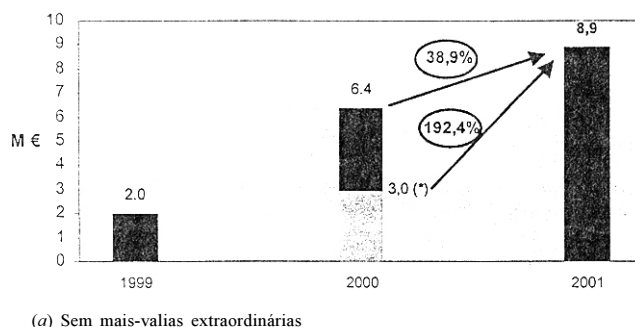


1.3 — Resultados líquidos

Os resultados líquidos consolidados em 2001, já deduzidos de interesses minoritários, atingiram 8,9 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 38,9% face a 2000, em que se cifraram em 6,4 milhões de euros.

O crescimento real foi de 192,4%, quando comparados com os resultados líquidos consolidados de 2000 expurgados da mais valia extraordinária de 3,4 milhões de euros registada em 2000.

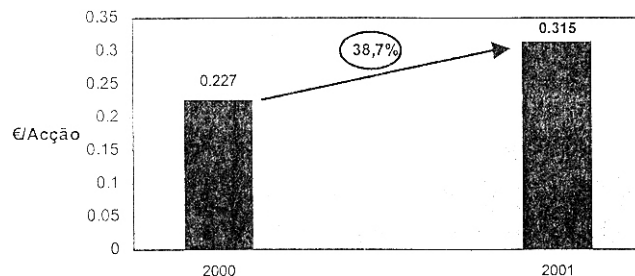
Resultados líquidos consolidados



1.4 — EPS (Earnings PerShare)

Os EPS (lucro por acção) subiram para 0,315 euros por acção contra os 0,227 obtidos em 2000, ou seja um crescimento de 38,7%.

Ganhos por acção (EPS)



2 — Enquadramento macro-económico

O ano de 2001 ficou caracterizado como um ano difícil para a economia portuguesa. Em termos internos, assistiu-se à desaceleração da procura privada de consumo e investimento, o que era já previsível após o ciclo de forte expansão suportado pelo aumento do crédito. Em termos de cenário externo o ano foi caracterizado por um forte arrefecimento da economia americana, acelerado após 11 de Setembro com os acontecimentos ocorridos nos EUA.

Em Portugal, o PIB deverá ter crescido em 2001 apenas cerca de 1%, como resultado da queda do investimento privado e do abrandamento do consumo dos particulares, situação atenuada pela expansão da despesa pública e pelo crescimento das exportações.

A taxa de desemprego deverá ter-se situado próximo dos 4%, um dos valores mais baixos da zona euro. No entanto o crescimento dos salários parece ter sido excessivo face aos nossos parceiros comerciais, sobretudo quando apresentamos uma evolução reduzida da produtividade.

O Banco Central Europeu (BCE) optou por uma estratégia de redução moderada das taxas de juro, em contraste evidente à opção da Reserva Federal dos EUA de redução agressiva das taxas de juro apoiada pelo excelente comportamento do dólar americano.

As perspectivas para 2002 nos EUA, caso se verifique que a confiança dos consumidores não foi seriamente afectada, parecem apontar para um efeito expansionista, na sequência das descidas das taxas de juro e das ajudas oficiais aos sectores mais afectados. Na zona euro, a recuperação será previsivelmente mais lenta, prevendo-se um crescimento do PIB não superior a 1,3%.

Em Portugal o crescimento do PIB será inferior ao previsto na zona euro, próximo do nível zero, como consequência de um forte corte esperado no investimento público e das reduções esperadas a nível do consumo público e privado. As exportações deverão reflectir crescimentos mais moderados, tal como as importações.

3 — O sector das tecnologias de informação

Estima-se que o mercado mundial de Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC) tenha correspondido, no ano de 2001, a cerca de 2 185 000 milhões de euros, segundo dados do European Information Technology Observatory (EITO), o que representa um crescimento de 8,6% em relação ao ano 2000, onde este valor foi de 2 012 000 milhões de euros.

Este valor distribui-se pelos EUA (cerca de 36%, aproximadamente 587 000 milhões de euros, com um crescimento estimado de 7,1% em 2001), Europa (29%, com um crescimento estimado de 8,3%), Japão (11%, com um crescimento estimado de 5,9%) e resto do mundo (24%).

Na Europa, o segmento de telecomunicações cresceu cerca de 14,3% em 2000, estimando-se para 2001 um crescimento de apenas 6,7%. Quanto ao segmento das tecnologias de informação (TI), onde a Europa detém um peso de 26% (45% para os EUA), observou-se em 2000 um crescimento de 11,5%, estando para 2001 previsto um crescimento de apenas 7,6%, atingindo este mercado um valor global de aproximadamente 266 000 milhões de euros. Estes valores estão em linha com as previsões de crescimento de 7,9% da IDC (International Data Corporation) efectuadas já após o 11 de Setembro (que compararam com os 11% previstos no início do ano).

Entende-se por mercado das TI o conjunto de produtos e serviços relacionados com o processamento, armazenamento e comunicação de dados utilizando computadores, o que inclui portanto *hardware*, *software* de base e sistemas, aplicações, formação, consultoria e serviços relacionados.

Em finais de 2001, a Comissão Europeia publicou um relatório sobre a competitividade europeia, no qual se reflectia sobre a importância do sector das TIC no crescimento económico e sobre o diferencial de despesa neste sector entre os EUA (8,7% do PIB) e a Europa (6%). Realçava ainda este relatório que, apesar do incremento do investimento em TIC no decorrer da segunda metade da década de 90, o diferencial entre estas duas economias aumentou (em 1990 a despesa com TIC na Europa correspondia a 90% da despesa no mercado dos EUA, enquanto que nos finais da década de 90 este valor era já apenas de 75%).

O reduzido investimento das organizações empresariais europeias neste sector (2,4% do PIB) face às americanas (4,5% do PIB) explica em parte este diferencial.

Em termos nacionais, a despesa em TIC cresceu a uma média anual de 25% entre 1992 e 1995, mas apenas de 10% entre 1995 e 1999, o que se traduz num crescimento médio anual de 14% em termos nacionais, que compara com a taxa anual média do mercado europeu de 4,7%.

Ainda assim, o peso da despesa das organizações empresariais nacionais no PIB é de 1,8%, sendo a média europeia de 2,4%. Este fosso, se por um lado retrata uma menor importância comparativa deste sector no quadro da economia portuguesa, representa por outro uma oportunidade clara de crescimento para as empresas do sector, nomeadamente para a Novabase.

A ainda fraca penetração da Internet em Portugal (inferior a 23% em 2001 para o universo de pessoas com mais de 16 anos, segundo a Forrester Research), bastante inferior à média comunitária (cerca de 39%, segundo a mesma fonte), constitui também, por seu lado, uma oportunidade em relação à qual empresas como a Novabase não deixarão certamente de se posicionar. Se complementarmente considerarmos o número de compradores online, Portugal apresenta (novamente segundo a Forrester) uma taxa inferior a 4% da população em 2001, que comparada com os 13% observados na Europa, nos mostra que também no desenvolvimento do comércio electrónico em Portugal existe uma interessante janela de oportunidade de crescimento.

De acordo com o estudo Salary Survey 2002 da empresa de recrutamento Hays Personnel, apesar do abrandamento económico que se fez sentir em 2001 nas economias nacional e mundial, o crescimento dos salários dos profissionais ligados às TI superou claramente as taxas de inflação, pois a falta de quadros especializados verificada antes da viragem nas condições económicas era tal que, apesar do efeito negativo da actual situação económica ter levado à redução da procura, esta ainda supera a oferta existente. Em contrapartida, o sector das telecomunicações caracterizou-se por um abrandamento e menor rotatividade dos profissionais, fruto dos reajustes à nova realidade do mercado e ao adiamento de projectos de grande envergadura como o UMTS.

Ainda não existem, na presente data, dados consolidados sobre o sector das TI em Portugal no ano de 2000, mas diversos analistas, nomeadamente a INSAT — Consultores e Serviços L.<sup>da</sup>, apontam para um crescimento global deste mercado relativamente a 2000 na casa dos 12%, tendo atingido 1621 milhões de euros. Estima-se ainda que o segmento de *hardware*, que tipicamente representa 55% do mercado) tenha crescido cerca de 8% e o segmento de *software* e serviços (aproximadamente 45% do mercado) cerca de 16%, aproximando-se assim dos 752 milhões de euros.

O volume de negócios da Novabase obtido em 2001, cerca de 96,4 milhões de contos, corresponderá assim a uma quota do seu mercado alvo de cerca de 13%, que corresponde já a uma penetração assinalável e a um incremento relevante face aos valores de 2000 (8%). No entanto, neste *ranking* estão consideradas empresas cuja actividade

inclui revenda de *hardware* (IBM, HP, etc.) e *software* de base (Microsoft, Oracle, etc.).

Se analisarmos apenas os fornecedores de serviços e *software*, que constituem o caso mais comparável com a Novabase, verifica-se que a empresa se inclui entre os três primeiros integradores nacionais, sendo ainda claramente uma das mais rentáveis.

Em termos de grandes utilizadores, continua a verificar-se uma predominância neste mercado de três grandes sectores: financeiro, telecomunicações e administração-pública, seguramente os mercados onde também a Novabase desenvolve, maioritariamente a sua actividade.

Já depois do 11 de Setembro, a IDC reviu em baixa para 8,5% o crescimento mundial previsto para as TI em 2002.

Em termos de tendências para o mercado nacional de TI, destacam-se:

Retração no investimento em TI, fruto da conjuntura recessiva da economia nacional e mundial;

Adiamento de investimentos em TI por parte da administração pública, como resultado da actual conjuntura política;

Fraco investimento em soluções de *e-government*;

Continuação de aumento do peso do sector de software e serviços, induzido pelo crescimento da procura de soluções integradas de TI;

Aumento do investimento em tecnologias de banda larga e de acesso à Internet;

Novos desenvolvimentos nas tecnologias de comunicações *wireless*;

Acréscimo de procura de soluções de TI para as áreas de segurança;

Seleção natural em relação ao universo dos Application Service Providers (ASPs), à semelhança do ocorrido em 2001 com as *dot coms*;

Algum desinvestimento nas operações na América Latina (já confirmado por várias empresas nacionais);

Atraso nas contrapartidas ao nível da sociedade de informação acordadas quando da atribuição das licenças UMTS;

Continuação do processo de concentração no sector das TI, resultante do abrandamento da economia e de um tecido empresarial fragmentado.

Prevê-se portanto um ano de 2002 ainda em contexto claramente recessivo. Sucede no entanto, que estas condições adversas do contexto económico em que vivemos, encontram a Novabase no melhor momento da sua história empresarial. Não sendo imune ao contexto (pois ninguém o é), acreditamos que a Novabase saberá reforçar as suas capacidades e os seus resultados neste futuro incerto.

#### 4 — Estrutura da Novabase e Modelo de Governo

##### 4.1 — Divisões de negócio

Durante o ano 2001 a Novabase consolidou o seu portfolio de negócios e estruturou-se em cinco divisões:

Novabase e-Consulting;

Novabase e-Talents;

Novabase TV Interactiva;

Novabase ASP;

Novabase Capital.

A Novabase e-Consulting reúne as competências de consultoria da Novabase nas áreas estratégicas de negócio de Business Intelligence, Supply & Demand Chain Management, Back Office & Operational Systems, Enterprise Business Integration e Industry Architectures and Solutions.

A Novabase e-Talents integra as valências associadas à selecção e ao recrutamento, formação e disponibilização ao mercado de recursos humanos em Tecnologias de Informação (TI).

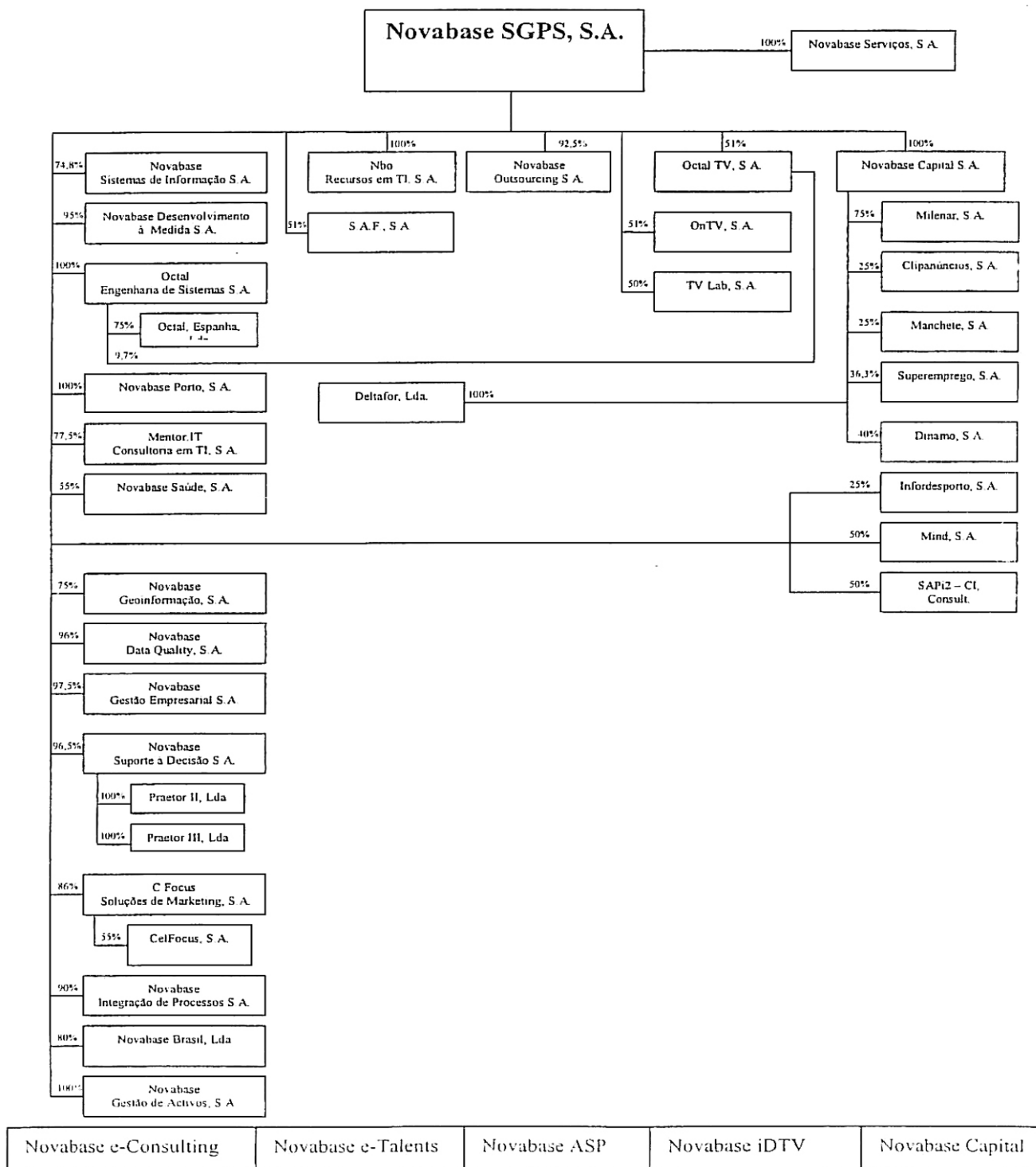
A Novabase TV Interactiva fornece soluções *end-to-end* de TV interactiva. Inclui o desenvolvimento de *set-top-boxes* por parte da OCTAL TV, a integração de sistemas para operadores de TV interactiva através da OnTV, bem como o fornecimento de conteúdos e a prestação de serviços de interactividade via TVLab. Esta divisão tira naturalmente partido das competências de consultoria da Novabase e-Consulting por forma a desenvolver soluções globais.

A Novabase ASP capitaliza as competências da Novabase e-Consulting, criando uma oferta para *outsourcing* de soluções informáticas nomeadamente, nesta fase, focada em sistemas ERP, CRM e *e-commerce*.

A Novabase Capital constitui-se como a área de *corporate venture* da Novabase, integrando uma equipa de fusões e aquisições capaz de responder às necessidades das restantes divisões neste domínio e ainda reunindo participações com parceiros em empresas com elevado potencial de crescimento e em negócios com fortes sinergias com a actividade da Novabase.

4.2 — Organigrama

O organigrama junto, inclui todas as empresas que se encontram no perímetro de v consolidação da Novabase, SGPS, S. A.



4.3 — Modelo de Governo

Os órgãos sociais e de coordenação da Novabase, SGPS, S. A., são:

Assembleia geral — é o órgão máximo de decisão da Novabase. No decorrer de 2001 a assembleia geral reuniu por uma ocasião (22 de Maio) para analisar, discutir e votar sobre as seguintes matérias:

- Relatório e contas do exercício de 2000;
- Proposta de aplicação de resultados;
- Apreciação geral do conselho de administração e do conselho fiscal da sociedade;

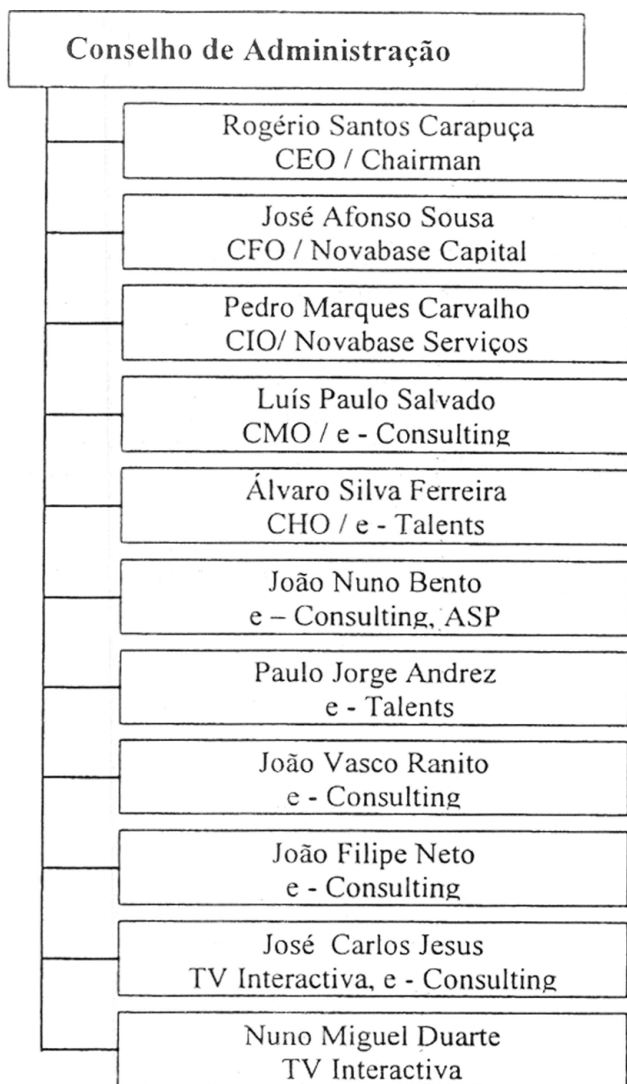
- Eleição do presidente do conselho fiscal;
- Implementação de um plano de opção de compra de acções para os colaboradores;
- Supressão do direito de preferência relativamente ao aumento de capital a deliberar pelo conselho de administração para suporte ao Plano de Opção de Compra de Acções atrás referido;
- Alteração de estatutos;
- Aquisição e alienação de acções próprias.

Nesta assembleia registou-se a presença de accionistas detentores de mais de 75% do capital social, tendo todos os pontos sido aprovados por mais de 2/3 dos votos.

Conselho fiscal — Compete-lhe fiscalizar as contas da sociedade, tendo efectuado, no ano de 2000, as reuniões estatutariamente previstas e desenvolvido os trabalhos, de verificação de contas que entendeu necessários no cumprimento das suas, obrigações, tendo procedido às análises e formulando as sugestões que entendeu adequadas.

Conselho de administração — compete-lhe gerir as actividades da empresa, devendo subordinar-se às deliberações dos accionistas e observar as intervenções do conselho fiscal. Conduziu a sua actividade no âmbito das suas competências e dentro das linhas de orientação definidas e aprovadas para este exercício e cuja expressão essencial se reflecte neste relatório.

A figura indica a composição do Conselho, bem como as responsabilidades principais dos seus membros.



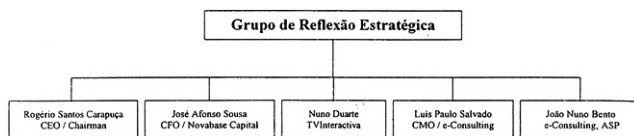
Para além dos órgãos estatutários (assembleia geral, conselho fiscal e conselho de administração), a Novabase instituiu ainda dois outros órgãos cuja actividade se resume de seguida.

Comissão executiva — é o órgão de coordenação das funções horizontais (finanças, *marketing*, recursos humanos, sistemas de informação e logística). Propõe ao conselho de administração políticas e orientações para a gestão corrente.



Grupo de reflexão estratégica — é o órgão de discussão de estratégia global, com particular ênfase na coordenação estratégica entre divisões.

Propõe recomendações ao conselho de administração da SGPS, o qual toma as decisões finais.



## 5 — Actividade das divisões de negócio

### 5.1 — Novabase e-Consulting/Novabase e-Talents

Dada a semelhança dos negócios destas duas divisões procede-se à respectiva análise em conjunto.

Estas divisões atingiram durante o ano de 2001 um volume de negócios de 72,8 milhões de euros, o que representa 75,4% do volume de negócios global da Novabase. Face ao exercício de 2000, este valor representa um crescimento de 40,5%, proveniente, sobretudo, da componente de prestação de serviços, que cresce 64,1%.

O forte crescimento do volume de negócios registado em 2001 deveu-se ao facto de a Novabase ser cada vez mais considerada um fornecedor de referência nas principais tecnologias e segmentos de mercado. De uma vasta carteira de projectos gostaríamos de salientar:

Ao nível de soluções de CRM, a Novabase foi responsável pela implementação de vários sistemas de suporte do Banco Best. Foi ainda responsável pela disponibilização de uma solução de CRM para a Telecel/Vodafone. Durante o ano de 2001 obtiveram-se ainda várias referências de implementação de sistemas de automação de forças de vendas no sector da distribuição;

Na área de Business Intelligence a Novabase acrescentou ao seu vasto leque de referências novos projectos de Data Warehouse nos sectores da banca, telecomunicações e administração pública;

No mercado de cedência de recursos a Novabase duplicou o seu volume de negócios, fruto da adjudicação de vários projectos de longa duração para o fornecimento de equipas de suporte aplicacional nos sectores segurador e de telecomunicações;

Ao nível do desenvolvimento de soluções à medida salientamos a reformulação do Sistema de Informação do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES), enquadrado no esforço de modernização e informatização da administração pública, o desenvolvimento de toda a aplicação central para a Comissão de Mercados e Valores Mobiliários, bem como o desenvolvimento de um sistema de gestão de operações financeiras e de relação com investidores para um dos principais grupos económicos portugueses;

Merecem ainda especial atenção várias intervenções na área da certificação digital, bem como a confirmação e expansão da liderança da Novabase na área de qualidade e enriquecimento de dados.

Prosseguindo uma estratégia de reforço das suas competências, a Novabase desenvolveu um conjunto de acções durante o ano de 2001, caracterizadas pela constituição de novas empresas e concretização de novas parcerias, das quais destacamos:

Constituição da sociedade Novabase — Gestão Empresarial, empresa especializada no fornecimento de soluções ERP;

Substantial reforço da capacidade da Novabase — Integração de Processos, resultante da integração da área de gestão documental adquirida à Efacec — Sistemas de Informação;

O desenvolvimento das actividades da SAF (entidade incorporada na Novabase no final do ano 2000), disponibilizando uma oferta sofisticada na área de *e-learning*, que possibilitou a realização de projectos significativos na SIC — Sociedade Independente de Comunicação e no ISQ — Instituto de Soldadura e Qualidade;

O estabelecimento de uma parceria estratégica com a Ericsson, para a exploração conjunta de oportunidades de negócio na área do UMTS, incluindo o desenvolvimento de aplicações e a prestação de serviços para Internet móvel.

A nível interno, o trabalho consistiu, de uma forma sintética, na:

Reorganização da estrutura comercial, reforçando a segmentação de mercado já existente, através da identificação dos clientes estratégicos para a Novabase e da criação de uma política e uma infra-estrutura de suporte para a gestão integrada da relação com o cliente;

Especialização ainda maior das capacidades comerciais e reforço da articulação entre as várias empresas destas divisões por forma a apresentar ao mercado soluções globais;

Criação de uma unidade especializada em gestão de projectos designada EPM (Enterprise Project Management), com o intuito de fazer face aos projectos de sistemas de informação cada vez mais sofisticados que a Novabase é chamada a efectuar. Esta unidade veio reforçar as práticas e metodologias de gestão de projecto na Novabase e proporcionar a sua melhoria contínua.

No final de Dezembro, o número médio de consultores nesta área, em Portugal, era de 762 pessoas.

#### Novabase do Brasil:

A Novabase do Brasil, durante o ano de 2001, atingiu um volume de negócios aproximado de 5,1 milhões de euros, o que representa já sensivelmente 5,2% do volume de negócios global da Novabase. Face ao período homólogo de 2000, este valor representa um crescimento de 267,9%, compreensível face à reduzida dimensão desta actividade no ano transacto, quando a mesma representava, neste período, apenas 2,6% do global da Novabase.

Este crescimento está naturalmente associado ao facto de o segmento de *software* e serviços — que representa no Brasil cerca de 10 vezes o mercado Português — continuar a crescer a taxas mais elevadas que as aqui verificadas (cerca de 25% ao ano) e naturalmente à crescente implantação que a Novabase do Brasil está a ter neste mercado.

A carteira de clientes da Novabase do Brasil sofreu também uma evolução positiva, representando neste momento os clientes portugueses já só cerca de 35% da facturação, contra 65% de clientes brasileiros.

Em termos de oferta tecnológica, a área de gestão empresarial representa cerca de 45%, a área de Business Intelligence cerca de 30%, a área de CRM aproximadamente 20% e as restantes áreas os remanescentes 5%.

No que respeita a segmentos de mercado, as telecomunicações são responsáveis por cerca de 55% da facturação, a Banca por 20%, a indústria por 15% e a Saúde & Governo por cerca de 10%.

No final de Dezembro, o número médio de consultores na Novabase do Brasil era de 84 pessoas.

### 5.2 — Novabase iDTV

O volume de negócios da divisão de televisão interactiva foi em 2001 cerca de 20,1 milhões de euros, representando já cerca de 20,8% do volume de negócios global da Novabase, com uma margem EBITDA de 10,4%. Estes proveitos consistiram no fornecimento de equipamento para TV interactiva e serviços de integração de sistemas associados, assim como no fornecimento de serviços de suporte e apoio aos clientes.

A actividade em 2001 pode ser resumida por três vectores de desenvolvimento:

Fornecimento de produtos e serviços de consultadoria e integração de sistemas, no âmbito do lançamento em Portugal do sistema de televisão digital interactiva e dos projectos internacionais de televisão digital, Interactiva actualmente em fase piloto;

Reforço da actividade de desenvolvimento de novos produtos e tecnologia própria para TV interactiva que completam a oferta actual da Novabase iDTV.

Destes, destacam-se:

STB para televisão digital terrestre DVB-T;

STB para televisão digital satélite DVB-S;

Cable modem DOCSIS para redes de cabo CATV ou sistemas sem fios FWA;

Soluções de Video On Demand MPEG2/MPEG4 sobre protocolos de streaming IP;

Conceito de Media Center que integra num *set-top-box* um conjunto alargado de funcionalidades como Player de DVD ou Audio CD.

Intensificação da actividade comercial a nível internacional, caracterizada por um elevado número de contactos, apresentações e propostas de dimensão diversificada colocadas em clientes. Apesar da situação económica no mercado internacional ser ainda de recessão, com a maioria dos operadores no sector a registarem perdas em 2001, e de uma forma geral a anunciarem um adiamento dos investimentos nas áreas da televisão digital para meados de 2002, a Novabase logrou obter o seu primeiro contrato internacional com a Otrum (Noruega) e aumentou o *pipeline* de propostas a potenciais clientes;

Foram ainda desenvolvidas diversas actividades comerciais e de *marketing* com vista ao desenvolvimento dos negócios desta divisão,

das quais importa destacar os seguintes eventos de relevo e/ou apresentação de *set top boxes* em stand:

Presença no Milia 2001 em Cannes, França, a convite da Microsoft Corp;

Presença na Telexpo 2001 em São Paulo, Brasil, a convite da Microsoft Brasil;

Presença na Cebit 2001 em Hanover, Alemanha, a convite da National Semiconductors (parceiro tecnológico para o desenvolvimento da STB);

Presença na ExpoNet, na Áustria, a convite da Samsung Electronics (parceiro para o fabrico da STB);

Presença no EBC 2001, em Lisboa, a convite da organização da ECCA (Associação de Operadores Broadband Europeus);

Presença no Mediacast 2001, em Londres, a convite da Texas Instruments (parceiro tecnológico para o desenvolvimento da STB);

Presença no NCTA, em Chicago, USA, a convite da Microsoft Corp;

Presença no evento do lançamento comercial do primeiro projecto a nível mundial de TV interactiva (baseado em plataforma Microsoft TV), a convite da TVCABO e Microsoft Corp.

Foi concluído o acordo com a GloboCABO, no Brasil, para o lançamento do projecto piloto de televisão digital interactiva baseado na plataforma da OctaTV com Microsoft TV Advanced.

Foi ainda realizado um reforço da parceria com a Microsoft com o desenvolvimento de programas para pré-venda a operadores (LabKit) e programas para *developers* de conteúdos Content Builder Initiative. Foi lançado o SagresKit.

As actividades de produção electrónica e logística foram realizadas integralmente em modelo de *outsourcing*, seguindo um rigoroso controlo de custos, a entidades nacionais e internacionais, focando-se a Novabase nas áreas de desenvolvimento de produto, *marketing* e vendas.

Este modelo permite à Novabase apresentar vantagens competitivas face a outras empresas pois reduz os custos de *overheads*, melhora a escalabilidade e permite libertar mais meios para reinvestir nas áreas de desenvolvimento de produto, de forma a manter a sua liderança tecnológica.

De forma a continuar o modelo de sucesso seguido até hoje, a divisão pretende recrutar a nível europeu cerca de mais 20 engenheiros com experiência no sector, durante 2002.

Prevê igualmente iniciar a actividade da subsidiária de coordenação global de *marketing* e vendas do centro da Europa (na Suíça), durante o primeiro trimestre de 2002.

A Novabase acredita no crescimento acelerado do mercado de televisão digital para o ano de 2002 e seguintes. O nível de crescimento da Novabase iDTV depende do sucesso e crescimento dos operadores de telecomunicações e dos *broadcasters*.

A divisão Novabase iDTV continuará focada no acompanhamento das necessidades dos seus clientes actuais e emergentes, no incremento do número de clientes de TV Digital e na melhoria do ARPU através do desenvolvimento de novos produtos, serviços e conceitos no domínio da televisão digital.

A crescente capacidade e experiência técnica da equipa de engenheiros, aliada a um crescendo da actividade de marketing e vendas a nível internacional, coloca a Novabase numa boa posição para beneficiar da retoma económica e dos investimentos nos mercados internacionais prevista para 2002.

No final de ano, o número médio de consultores nesta divisão era de 45 pessoas.

### 5.3 — Novabase ASP

A divisão Novabase ASP atingiu cerca de 1,7 milhões de euros de vendas em 2001, o que representa 1,8% do volume de negócios global da Novabase. A margem EBITDA foi de 7,8%. Este valor, ligeiramente abaixo das expectativas (dois milhões de euros), é, ainda assim, um resultado bastante animador por três motivos:

1 — A nível mundial, o espaço ASP sofreu uma importante sangria no ano de 2001, com a maioria dos *players* a atravessar muitas dificuldades dado pouco interesse dos clientes pelo conceito original. Ainda assim, a Novabase conseguiu impor-se num terreno onde a maioria dos seus competidores em Portugal desapareceu ou atravessou grandes dificuldades.

2 — Se considerarmos as vendas dos 12 primeiros meses seguidos dos contratos assinados em 2001 (*trailing twelve months*), estas superaram o objectivo inicial aproximando-se de 2,5 milhões de euros.

3 — As vendas aumentaram significativamente com o decurso dos trimestres do ano, dando indicações de que os clientes demonstraram interesse pela oferta da Novabase.

A margem EBITDA/vendas mostrou uma evolução positiva ao longo do ano de 2001, à medida que a assinatura de contratos com clientes permitiu diluir a estrutura de custos fixos da empresa.

Estes valores são o efeito das medidas de contenção de custos operacionais e de redução do risco do negócio através da variabilização da estrutura de custos que foram prosseguidas incessantemente durante o ano.

As medidas apontadas, a par de uma política de preservação do capital — que se traduziu, por exemplo, na transformação de investimentos em anuidades de custo (caso do *outsourcing* do *data center*) — permitiram também melhorar o retorno do investimento. As necessidades de investimento pelos accionistas reduziram-se dos 2,5 milhões de euros que estavam previstos no *business plan* da empresa para cerca de metade (1,25 milhões de euros).

O ano de 2001 marcou o final da primeira ronda de experiências no espaço ASP. A implosão das *dot coms* veio evidenciar também aqui que, tal como noutras áreas são as empresas incumbentes as que têm maiores possibilidades de se impor. Em particular, são as empresas com capacidades em prestar serviços aplicativos e com relações estabelecidas com clientes as que melhor podem operar no mercado ASP. A Novabase satisfaz ambos os requisitos.

De entre os mitos que foram desmontados em 2001 encontram-se os que previam que o modelo de sucesso no espaço ASP passaria por focalizar a oferta exclusivamente em PME e em adoptar um conceito *one to many*.

A Novabase, ainda durante o 1.º trimestre do ano, apercebeu-se da inadequação dessa proposta de valor e decidiu reposicionar a sua oferta. Assim, respondendo a solicitações dos clientes, decidimos concentrar os esforços do ASP em servir clientes de maior dimensão através de variantes da oferta ASP original (e. g., através de ofertas de gestão de aplicações e de outras ofertas de *outsourcing* de TI). Este reposicionamento permitiu à Novabase ganhar os seus primeiros clientes já no 2.º trimestre de 2001 e depois ganhar maior volume de negócios durante o segundo semestre do ano.

Do lado dos custos e investimento, a abordagem da Novabase foi desde o início a de procurar diminuir o risco inerente a um negócio não testado como era o dos ASPs, através da variabilização da estrutura de custos e da contenção dos custos de *overhead* e de recursos não facturados. Assim, em simultâneo com o reposicionamento da oferta e a prestação de serviços aos clientes angariados realizámos durante 2001 uma reestruturação da própria equipa comercial e operacional da empresa de modo a adequá-la ao novo modelo de serviços.

No final de 2001, a Novabase tem a sua casa arrumada nesta área: sobreviveu à selecção natural do ano 2001 impondo-se no mercado, apresenta uma proposta de valor que os clientes valorizam e possui os recursos humanos e financeiros para dar os próximos passos na afirmação do seu posicionamento.

A divisão Novabase ASP terminou o ano com o número médio de oito colaboradores.

#### 5.4 — Novabase Capital

O volume de negócios consolidado da Novabase Capital em 2001 foi de 1,9 milhões de euros, cerca de 2% do volume de negócios global da Novabase, o que representa um crescimento de 80,1% face ao ano anterior (cerca de 1,06 milhões de euros). A rentabilidade EBITDA foi de 12,4%, valor sem dúvida interessante para este tipo de actividade.

As actividades desenvolvidas pelos grandes grupos de intervenção:

O amadurecimento dos projectos empresariais iniciados no ano transacto, bem como o estabelecimento de algumas parcerias de negócio com vista a potenciar o seu desenvolvimento. Atendendo à actual conjuntura económica, tomaram-se medidas de rigor adicional, quer na constituição do portfolio da Novabase Capital, quer na gestão das suas participadas;

A análise da participação em novas iniciativas com clientes e/ou parceiros. Um maior foco na optimização do portfolio materializou-se na decisão de desinvestimento da Webmedia e no reposicionamento na Netsaúde (empresa que visa a prestação de serviços profissionais na área da saúde), onde a Novabase ficará já em 2002 apenas como fornecedor preferencial na área das tecnologias de informação;

A identificação, o estudo e a análise de projectos empresariais, já existentes ou a constituir, que visam potenciar o desenvolvimento das restantes áreas de negócio da Novabase, quer em Portugal quer no estrangeiro (ex: a aquisição da área de gestão documental da Efacec — Sistemas de Informação).

No decorrer do exercício de 2001, o portfolio de empresas participadas/geridas pela Novabase Capital apresentou resultados bastante

animadores. Tenta-se em seguida resumir o que de mais relevante se pode destacar nestas empresas no decorrer do ano 2001:

A Clipanúncios, empresa constituída para operar no mercado de classificados on-line, estabeleceu uma importante parceria com a Lusomundo e a PT-Multimédia para o lançamento do portal de classificados da rede Sapo.

No âmbito deste acordo, a Lusomundo adquiriu 75% desta sociedade.

A tecnologia desenvolvida vai possibilitar, a partir do 1.º trimestre de 2002, a passagem da informação de todos os classificados dos jornais *JN*, *DN* e *24 Horas* para a Internet, acrescidos de várias funcionalidades de pesquisa até agora não encontradas em projectos semelhantes na Internet;

A Milenar intensificou a sua aposta no mercado de *e-mail marketing* em Portugal através da sua base de dados de 200 000 endereços *.pt*, tendo desenvolvido uma nova plataforma de envio e gestão de *e-mail marketing* que permite, entre outras funcionalidades, obter dados de retorno das acções enviadas;

A Dinamo, empresa de consultoria onde a Novabase Capital está em parceria com a Partex, lançou com sucesso novas áreas de negócio e adquiriu a certificação como REP do PMI, habilitando-se para a formação na gestão de projectos;

A Sapi2, empresa de consultoria nas TI vocacionada para a prestação de serviços na área SAP, sediada no Porto, expandiu com sucesso a sua actividade ao centro do País, passando ainda a ter presença física em Lisboa;

A Manchete, empresa de gestão de informação noticiosa, realizou um forte investimento tecnológico nas suas plataformas de negócio e desenvolveu capacidades especializadas nos principais sectores económicos, reforçando a sua base de clientes e aumentando a sua satisfação. A empresa atingiu rentabilidade operacional positiva no final do exercício;

A Mind foi novamente distinguida com diversos prémios entre os quais o prémio de inovação da ANETIE, dois prémios Microsoft e o prémio Multimedia XXI. A empresa reforçou a unidade de gestão de bibliotecas com uma nova área de gestão de arquivos, tendo para tal desenvolvido parcerias com a Biblioteca Nacional e a Câmara Municipal de Lisboa.

Na actividade ligada à indústria, cabe destacar a finalização com sucesso de uma nova geração de produtos no sector do calçado, que serão comercializados a partir do 1.º trimestre 2002. A empresa iniciou também uma forte aposta no sector dos têxteis;

A Superemprego, em parceria com a PTM, conseguiu no ano de arranque ultrapassar largamente os objectivos definidos (com cinco milhões de *page-views*/mês face ao um milhão previstos), antecipando seis meses a previsão de atingimento de *break-even*. A empresa consagrou-se como o portal de emprego líder em Portugal;

A Infordesporto reforçou a sua posição de liderança no mercado da informação desportiva *on-line*, tendo estabelecido uma importante parceria com a Olivedesportos para a exploração conjunta de oportunidades nesta área.

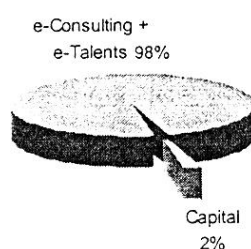
É nossa convicção que no exercício de 2001 foram estabelecidas as linhas de acção para continuar a desenvolver com sucesso a actividade de Corporate Venture e apoio à Novabase, SGPS.

No final do ano esta divisão apresentava o número médio de 45 colaboradores.

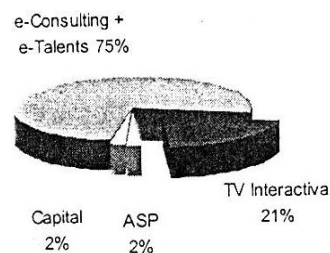
#### 5.5 — Volume de negócios por divisão, geografias, sectores e tecnologias

A distribuição do volume de negócios da Novabase pelas diferentes divisões de negócio é a seguinte:

Volume de negócios por divisão 2000

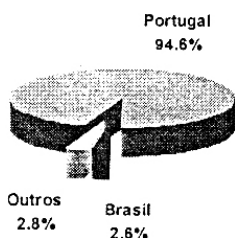


Volume de negócios por divisão 2001

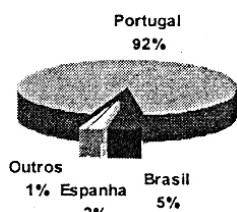


Tendo a internacionalização sido colocada no topo da agenda da Novabase, constatamos que já no exercício de 2001 se verifica um crescimento significativo dos negócios fora de Portugal. Com efeito, neste último exercício, o negócio internacional representou já 8% do volume total, o que compara com 5,4% no ano anterior. Este número é significativo sobretudo em valor absoluto (7,7 milhões de euros) dado o aumento de 82,5% do volume de negócios total da Novabase.

**Volume de negócios por região geográfica 2000**

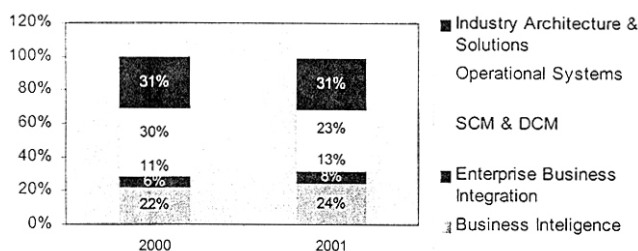


**Volume de negócios por região geográfica 2001**



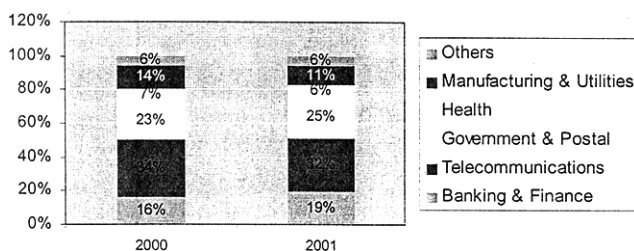
Segmentando agora, por ser a mais expressiva, a divisão *e-con consulting*, em termos de oferta tecnológica das respectivas áreas estratégicas de negócio, obtém-se a seguinte distribuição:

**e-Consulting — Volume de negócios por área estratégica de negócio**



Nesta mesma divisão, a distribuição por mercados do volume de negócios realizado em 2001 é a seguinte:

**e-Consulting — Volume de negócios por mercados**



## 6 — Actividade das áreas funcionais

O exercício de 2001 foi um ano de grande actividade para as áreas funcionais da Novabase, destacando-se, a título de exemplo, os seguintes tópicos:

### 6.1 — Recursos humanos

A Novabase sabe que é a qualidade dos recursos humanos o principal factor diferenciador das empresas do seu sector. Por isso, uma das prioridades da gestão consiste em promover o desenvolvimento das carreiras dos colaboradores da empresa.

Destaque, em 2001, para o processo de alinhamento de interesses accionistas entre os principais quadros das empresas mais significativas da divisão de *e-con consulting*, consubstanciado pela troca de parte das participações minoritárias que estes detinham nas respectivas empresas por acções da Novabase.

A Novabase foi distinguida, em Maio de 2001, com o 1.º lugar entre as empresas nacionais e 4.º lugar a nível global como o melhor lugar para trabalhar em Portugal, segundo estudo realizado em Portugal pela

revista *Exame*, em cooperação com o Great Place to Work Institute (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas, com referências em mais de 1000 empresas na América do Norte, América Latina, Europa e Ásia). O estudo, baseado num conjunto de entrevistas e inquéritos aos quadros das várias empresas participantes, realçou a informalidade, a gestão participada e um ambiente de orientação ao mérito como factores diferenciadores da cultura Novabase.

### 6.2 — Sistemas de informação

Uma das principais iniciativas começada no exercício de 2001 e coordenada pela comissão executiva foi o desenvolvimento de novos sistemas de informação para a gestão. Os principais objectivos deste projecto são:

1 — Melhorar substancialmente os desempenhos das áreas funcionais da Novabase;

2 — Definir processos e sistemas replicáveis para outras geografias como instrumento fundamental para o suporte ao desígnio de internacionalização da Novabase.

Com a introdução progressiva desta nova geração de sistemas de informação a partir do final de 2001 e sobretudo em 2002, a Novabase visa transformar-se numa empresa modular e escalável do ponto de vista dos seus processos internos e livre da circulação interna de documentos em papel. Maior qualidade de funcionamento com menos custos é nesta área a nossa meta.

O exercício de 2001 foi assim marcado pela definição e arranque da produção dos primeiros módulos desta nova geração de sistemas de informação de gestão internos. Destacam-se as aplicações para a área de recursos humanos (já em produção), para área comercial (já em produção) e para as áreas financeira, contabilística, logística e de gestão de projectos (a entrar em produção ao longo de 2002). Uma outra iniciativa na área do *workflow* e gestão documental já permitiu eliminar a maior parte da circulação interna de documentação em papel. Uma nova versão da Intranet e um novo *site* institucional na Internet estão igualmente em fase de conclusão para entrar em funcionamento no início de 2002. A área de controlo de acessos foi também melhorada.

### 6.3 — Infra-estruturas

Novas instalações em Lisboa:

A Novabase alugou novas instalações para as divisões *e-con consulting*, *e-Talents* e *ASP* em Lisboa. O objectivo foi acabar com a dispersão de espaços não contíguos nas Torres das Amoreiras, concentrando a actividade daquelas duas divisões em Lisboa num espaço único. Com uma forte identidade própria, de custo reduzido por m<sup>2</sup>, situado igualmente nas Amoreiras e dotado de estacionamento próprio, bem como uma cantina, cuja exploração foi cedida a uma entidade externa esta mudança decorreu num único fim de semana e foi concretizada sem problemas.

### 6.4 — Marketing

Em 2001, a comunicação da Novabase reflectiu o posicionamento estratégico da empresa, com o principal objectivo de reforçar a imagem institucional e consolidar a sua posição líder no mercado português das tecnologias de informação.

A comunicação centrou-se na divulgação dos valores da nossa cultura, reflectindo uma política de diferenciação que aposta numa forte orientação para a satisfação dos clientes.

As iniciativas lançadas pela unidade de comunicação e *marketing* institucional focaram-se na manutenção da notoriedade, na preparação do reposicionamento da marca, no processo de consolidação da identidade corporativa e na renovação de alguns suportes de comunicação como o *site* e a intranet institucional.

Adicionalmente, apostou-se no reforço da execução de materiais promocionais e campanhas de *marketing* directo.

### 6.5 — Finanças

Nesta área importa destacar em 2001:

Reforço da estrutura financeira, com a entrada de alguns elementos seniores com um vasto *curriculum* nas melhores empresas nacionais e internacionais;

Normalização de procedimentos e circuitos de informação e optimização de produção, em tempo útil, de um conjunto de indicadores

de gestão fundamentais para um acompanhamento fino da actividade;

Crescimento da estrutura financeira bastante inferior ao crescimento da actividade da empresa, ao mesmo tempo que se melhorou a qualidade da informação produzida;

Início das primeiras acções de auditoria interna, tendentes a detectar e corrigir eventuais não-conformidades com os procedimentos definidos pela Novabase;

Melhoria no sistema de *reporting* das participadas.

### 7 — Factos relevantes

Como parte integrante das acções de divulgação que competem às empresas cotadas, como é o caso da Novabase, enviámos para a CMVM, para conseqüente divulgação ao mercado, os seguintes factos relevantes:

- 5 de Setembro: informação sobre resultados semestrais;
- 2 de Agosto: realização de escritura pública de aumento de capital;
- 25 de Julho: comunicação de projecto piloto de televisão interactiva com a Globo Cabo;
- 11 de Junho: celebração de acordo com a ONI Plataformas;
- 8 de Maio: aquisição à Efacec da área de gestão documental;
- 17 de Abril: convocatória para assembleia geral;
- 20 de Março: acordo de parceria com a Ericsson para o desenvolvimento de aplicações e serviços para o UMTS;
- 7 de Março: divulgação dos resultados relativos ao exercício de 2000;
- 21 de Fevereiro: aquisição de 51% da SAF, S. A., ao Instituto da Soldadura e Qualidade, para acelerar a criação de uma oferta integrada na área do *e-learning*;
- 5 de Fevereiro: reforço da oferta para o mercado financeiro pela aquisição de participações na Mercabolsa e Codeware

### 8 — Análise económico-financeira

O volume de negócios em 2001 atingiu os 96,5 milhões de euros, o que reflecte um forte crescimento de 82,5% face aos 52,8 milhões de euros obtidos em 2000.

Em termos de actividade, a divisão *e-consulting* cresceu 40,5% face a 2000, concretamente de 51,8 para 72,8 milhões de euros, tendo o negócio do Brasil crescido 267,9% face a 2000, de 1,4 milhões de euros para cinco milhões de euros. Em 2001, iniciaram a sua actividade duas novas divisões, TV Interactiva e ASP, tendo a divisão de TV Interactiva atingido um volume de negócios de 20,1 milhões de euros, e o ASP 1,7 milhões de euros. Por último, a divisão Novabase Capital, cresceu 80,1% de 1,1 milhões de euros para 1,9 milhões de euros.

Assim, tal como se previa, a divisão *e-consulting* reduziu o seu peso sobre o volume de negócios para cerca de 75,4% (98% em 2000). A divisão Novabase Capital manteve o seu peso em 2% sobre o volume de negócios. Por outro lado, a divisão de TV Interactiva contribuiu com cerca de 20,8% do volume de negócios em 2001.

Os resultados operacionais atingiram neste período os 11,7 milhões de euros.

Em termos comparativos obtém-se um crescimento total de 85,4% dos resultados operacionais face ao período homólogo (6,3 milhões de euros).

Os resultados líquidos consolidados, já expurgados dos interesses minoritários, são neste período de 8,9 milhões de euros, o que reflecte um crescimento significativo de 39,1% face aos obtidos em 2000 (cerca de 6,4 milhões de euros).

No entanto, os resultados de 2000 estão afectados em cerca de 3,3 milhões de euros por resultados financeiros resultantes da mais-valia obtida pela alienação de parte de uma participada.

Assim, expurgado deste efeito, os resultados líquidos recorrentes aumentaram 192,4% face ao período homólogo, tornando-se ainda bastante mais expressivos do que o aumento obtido nos resultados operacionais.

O número médio de colaboradores passou de 674 para 944 em 2001, um crescimento de cerca de 40,1%, pelo que o volume de negócios por colaborador em 2001 aumentou de 78,4 mil euros para 102,2 mil euros, reflectindo um aumento expressivo de 30,4%.

O EBITDA em 2001 aumentou dos 10,5 milhões de euros para 16,3 milhões de euros, o que reflecte um crescimento acentuado de 55,2%.

Em percentagem do volume de negócios, o EBITDA neste período é de aproximadamente 16,9%. A desagregação desta margem por divisão de negócios é analisada como segue:

A divisão *e-consulting*, em Portugal é responsável por um EBITDA de 14,1 milhões de euros, o que corresponde a uma margem de EBITDA

de 20,8%, que se reduz para 19% ao considerar-se em conjunto com o Brasil, negócio que se encontra já quase em fase de *break-even*, mas ainda com uma margem negativa (cerca de 5,4%);

A divisão TV Interactiva apresentou um EBITDA de 2,1 milhões de euros a que corresponde uma margem de 10,4%;

A divisão ASP teve um EBITDA positivo de 134 000 euros, a que corresponde uma margem de 7,8%;

A divisão Novabase Capital apresentou um EBITDA de 237 000 euros a que corresponde uma margem de 12,4%.

Ao nível do EBITDA ajustado pela rubrica de trabalhos para a própria empresa, a melhoria da performance da empresa é ainda mais expressiva, pois nota-se um crescimento de 155,2%, com uma evolução de um valor de 5,2 milhões de euros em 2000 (o que corresponde a uma margem de EBITDA Ajustado de 9,9%) para um valor de 13,4 milhões de euros em 2001 (o que corresponde a uma margem de EBITDA Ajustado de 13,8%).

Os resultados financeiros de 2001 no montante de 208 000 euros, negativos, não são comparáveis com os de 2000 de 3,3 milhões de euros, na medida em que reflectem um proveito financeiro aproximadamente no mesmo montante (3,3 milhões de euros) relativo à mais-valia associada à alienação de parte de uma participada, pelo que seriam próximos de zero caso esta alienação não tivesse ocorrido.

O volume de capitais próprios elevou-se de 55,1 milhões de euros para 63,4 milhões de euros, o que reflecte um crescimento de 15,1%.

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) calculada com base nos capitais médios disponíveis durante o exercício de 2001 atingiu os 15%, reflectindo um crescimento no resultado por acção de 38,7%, nomeadamente de 0,227 euros para 0,315 euros por acção.

Expurgando o efeito da mais-valia associada à alienação atrás mencionada, o crescimento no resultado por acção é ainda mais significativo atingindo 191,7%, nomeadamente de 0,108 euros para 0,315 euros por acção.

Em 31 de Dezembro de 2001, o balanço reflectia um aumento relevante de 8,6% na situação líquida positiva de tesouraria (*net-cash*) para 25,1 milhões de euros (23,1 milhões de euros em 2000), considerando as aplicações, depósitos e tesouraria deduzidos das dívidas a instituições de crédito de curto prazo.

É importante referir nesta posição de *net-cash* em 2001, claramente positiva, que não obstante o volume de negócios ter crescido 82,5%, absorvendo conseqüentemente uma grande parte das necessidades de tesouraria, o *net-cash* ainda melhorou face ao período homólogo.

Tal só foi possível pela qualidade dos serviços prestados pela Novabase, bem como pela implementação de uma adequada política de acompanhamento dos recebimentos de clientes.

O imobilizado em curso durante o ano de 2001 diminuiu em cerca de 176 000 euros para os 3,4 milhões de euros, face ao período homólogo.

O imobilizado incorpóreo, líquido de amortizações, cifrou-se em 17,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2001 (14,2 milhões de euros em 2000). As principais rubricas que o compõem são as seguintes:

1 — As despesas de instalação atingiram um valor líquido de amortizações de 843 000 euros, dos quais inclui essencialmente as campanhas publicitárias realizadas aquando da operação de dispersão de parte do capital da Novabase na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto.

2 — As despesas de investigação & desenvolvimento representaram um valor líquido de 1,8 milhões de euros, relevando os custos incorridos no âmbito dos projectos de desenvolvimento de sistemas informáticos, do projecto da TV Interactiva e o restante respeita a projectos nas áreas da qualidade, saúde e outras, financiados por programas europeus e nacionais.

3 — As diferenças de consolidação representam 10,3 milhões de euros, quase dois terços do imobilizado líquido incorpóreo e reflectem a estratégia de reforço e desenvolvimento da oferta da Novabase. Este *goodwill* está a ser amortizado em 10 anos. O valor bruto em balanço a 31 e Dezembro de 2001 foi de cerca de 12,7 milhões de euros, dos quais aproximadamente 42% dizem respeito a aquisições efectuadas até 1999 aos promotores minoritários das empresas Novabase — Suporte à Decisão, NBO e Novabase Porto e ainda aos accionistas da Gestatec; aproximadamente 30% dizem respeito a diferenças relativas a aquisições efectuadas em 2000 da Octal, Mind, Sapi2, Manchete, OnTV, SAF e Praetor; e por último, os restante 28% dizem respeito a aquisições efectuadas em 2001 aos promotores minoritários das empresas Novabase — Suporte à Decisão, Novabase — Data Quality, Novabase — Desenvolvimento à Medida e Cfocus.

O imobilizado corpóreo atingiu um valor líquido de amortizações de 5,7 milhões de euros (cerca de 5,6 milhões de euros no período homólogo).

As principais rubricas que o compõem são as seguintes:

1 — Equipamento de transporte no valor líquido de dois milhões de euros relativo a contratos de *leasing* e ALD e AOV (que não correspondem à saída de meios de tesouraria, mas pela imposição de regras contabilísticas são classificados como imobilizado);

2 — Equipamento básico, na maioria *software* e *hardware*, com um valor líquido de 2,6 milhões de euros;

3 — Equipamento administrativo, que representou, em termos líquidos, cerca de 675 000 euros, reflecte os investimentos em mobiliário de escritório, efectuados.

Os investimentos financeiros ascenderam a 2,1 milhões de euros e respeitam às participações minoritárias no capital das empresas Infordesporto, Superemprego e Dinamo.

As existências passaram de 2,6 milhões de euros para 7,8 milhões de euros em 2001. O forte crescimento da área de TV Interactiva, bem como o desenvolvimento das áreas de telecomunicações e bilhética explicam esta evolução.

Os clientes de conta corrente cifraram-se em 30,2 milhões de euros, reflectindo apenas um crescimento de 7,5% face a 2000. Tendo em consideração que o volume de negócios cresceu 82,5%, esta situação reflecte um maior rigor e acompanhamento nas cobranças. Em resultado, o prazo médio de recebimento foi reduzido de 166 dias para os 98 dias em 31 de Dezembro de 2001, reflectindo uma melhoria significativamente deste prazo em 41,1%.

Os outros devedores cifraram-se em 12,9 milhões de euros reflectindo maioritariamente uma operação de *factoring* cujo recebimento ocorreu no início de 2002.

A rubrica de acréscimos de proveitos fixou-se em 1,9 milhões de euros em 2001 (1,7 milhões de euros em 2000). Deste valor, 1,1 milhões respeitam a proveitos de projectos em curso já desenvolvidos e não facturados e a juros relativos a aplicações de tesouraria relativos a 2001 ainda não recebidos.

Os custos diferidos representaram 1,7 milhões de euros e referem-se entre outros à especialização de diversos custos, como os relativos a contratos de manutenção, a rendas de escritório e a seguros.

A rubrica de acréscimos de custos, no valor de 5,6 milhões de euros em 2001, reflecte essencialmente cerca de 3,6 milhões de euros relativos a encargos com férias e subsídios de férias a liquidar.

A rubrica de proveitos diferidos, cujo saldo em 2001 atingiu 3,9 milhões de euros, reflecte entre outros, cerca de 685 000 euros de facturação antecipada (já emitida que não corresponde a trabalho efectivamente realizado) e cerca de 1,4 milhões euros relativos a proveitos de contratos de manutenção de *software* referentes aos primeiros meses de 2002.

O *cash-flow*, considerando apenas os resultados líquidos e as amortizações do exercício de 2001, elevou-se a 14,5 milhões de euros, 42,2% acima dos 10,2 milhões de euros de 2000.

Investimento:

O investimento líquido efectuado em 2001 atingiu os 9,5 milhões de euros, dos quais apenas 3,4 milhões de euros constituem investimento recorrente.

Os investimentos não recorrentes constituem cerca de 5,6 milhões de euros e são relativos a diferenças de consolidação (*goodwill*) e a *trespasses*.

No investimento corpóreo, cerca de 0,5 milhões de euros são investimentos em equipamentos de transporte que não correspondem a saídas de meios monetários.

O imobilizado em curso passou de 3,6 milhões de euros em 2000, para 3,4 milhões de euros em 2001, pelo que se verifica um desinvestimento líquido de cerca 0,2 milhões de euros. Retirando o efeito de variação ocorrida no perímetro de consolidação e de transferências para imobilizado firme, o investimento do período ascendeu a 3,1 milhões de euros.

As principais contribuições do imobilizado em curso no valor de 2,7 milhões de euros dizem respeito à finalização dos projectos dos sistemas de informação interna do Grupo Novabase, no projecto ASP e no projecto Saúde e que deverão estar concluídos durante o exercício de 2002.

O imobilizado incorpóreo líquido, excluindo o imobilizado em curso, passou de 10,7 milhões de euros em final de 2000, para 14,4 milhões de euros no final de 2001, incluí um aumento bruto de 7,9 milhões de euros.

Os principais aumentos foram representados pelas diferenças de consolidação com 4,2 milhões de euros, as despesas de investigação e desenvolvimento com 1,4 milhões de euros, os *trespasses* com 1,4 milhões de euros e as despesas de instalação com 0,7 milhões de euros.

O imobilizado corpóreo líquido passou de 5,6 milhões de euros para 5,7 milhões de euros entre 2000 e 2001, representando um aumento bruto de 2,7 milhões de euros.

O imobilizado corpóreo líquido inclui um montante líquido de 1,5 milhões de euros referente à imobilização de veículos em regime de *leasing*, ALD ou AOV (que não corresponde de facto a uma saída de meios líquidos), contribuiu com 0,8 milhões de euros no aumento bruto de 2001 acima referido.

Os investimentos financeiros totalizaram 2,1 milhões de euros (1,8 milhões de euros em 2000) e referem-se maioritariamente às participações minoritárias no capital de empresas.

Em resumo, os investimentos realizados em 2001 podem ser analisados como segue (em milhões de euros):

Investimento:

Imobilizado em curso (a) .....	3,117
Transferência por imobilizado firme	– 2,090
Varição de perímetro (saída Mercabolsa e Codeware) .....	– 1,203
<b>Subtotal (1) .....</b>	<b>– 0,176</b>
Imobilizado incorpóreo:	
Despesas de instalação .....	0,678
I&D .....	1,441
Propriedade industrial .....	0,184
<i>Goodwill</i> .....	4,224
<i>Trespasses</i> .....	1,403
<b>Subtotal (2) .....</b>	<b>2,303</b>
Imobilizado corpóreo:	
Equip. transporte/ <i>leasing</i> /Aov .....	0,473
Outros corpóreos .....	1,258
<b>Subtotal (3) .....</b>	<b>1,258</b>
<b>Total .....</b>	<b>3,385</b>

(a) ASP 0,782; Meta4, Chasm e SAP 0,682; Saúde CSI módulos em desenvolvimento 0,649; outros, 1,004

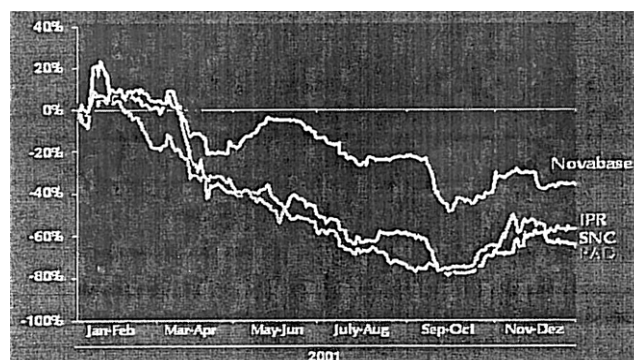
## 9 — Comportamento bolsista

O ano de 2001 foi, em geral e para as empresas tecnológicas em particular, um ano difícil para os mercados, em contraste com os anos imediatamente anteriores.

Poderá dizer-se que as empresas de tecnologias passaram repentinamente de estrelas a suspeitas.

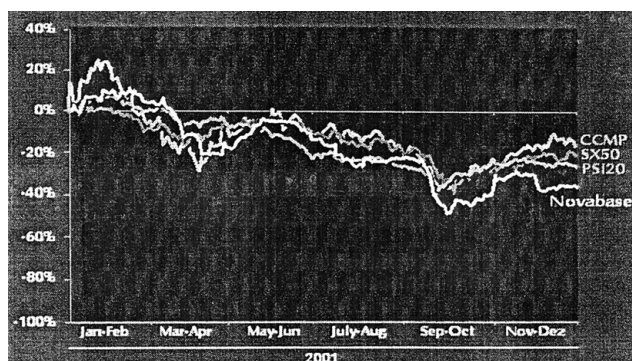
Certamente devido à excelente *performance* da empresa, a acção da Novabase 9 revelou um bom desempenho bolsista quando comparada com outras TMTs cotadas no mesmo mercado durante 2001.

### Novabase vs outras TMTs



Quando comparada com os índices PSI20, Nasdaq e Euronext, verificamos que a cotação da Novabase acompanhou aqueles índices até o 3Q2001, mas após os eventos de 11 Setembro nos EUA a acção ficou a desconto face aqueles índices, não tendo recuperado até ao final de 2001.

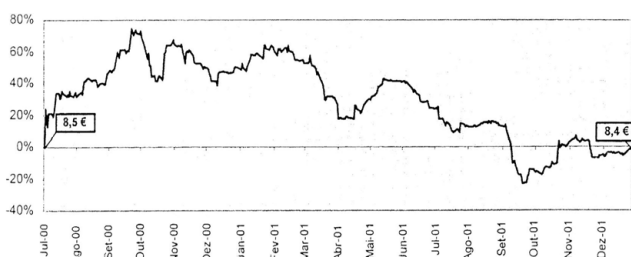
## Novabase e o mercado



Apesar de um ano muito negativo para o mercado bolsista, constata-se que a empresa no final do ano transaccionava a níveis semelhantes aos da saída em IPO a 8,5 euros.

A cotação média, ponderada pela quantidade, do título Novabase durante o ano de 2001, foi de 10,30 euros por acção. Foram transaccionadas mais de 8,5 milhões de acções em todas as 247 sessões de bolsa do ano de 2001, correspondentes a um valor de transacção superior a 88 milhões de euros. O número médio diário de acções transaccionadas fixou-se em cerca de 34,6 mil títulos, correspondentes a um valor médio diário de cerca de 0,35 milhões de euros.

## Comportamento bolsista da Novabase



Em termos de liquidez, a rotação anual em 2001, foi superior a 107% do *free float* e corresponde a cerca de 30% do capital total da Novabase.

A cotação no último dia útil do ano, dia 28 de Dezembro de 2001 fixou-se nos 8,39 euros, o que representa uma desvalorização de apenas 12,9% face ao preço de saída de IPO de 8,5 euros ocorrido em 3 de Julho de 2000.

A cotação de fecho máxima ocorrida durante o ano de 2001 foi de 13,90 euros e registou-se em finais de Janeiro (dias 24, 25 e 31), enquanto o valor mínimo registado fixou-se nos 6,53 euros e ocorreu em 21 de Setembro, na sequência de acontecimentos ocorridos a 11 de Setembro nos EUA.

A capitalização bolsista no final do ano, em 28 de Dezembro de 2001, fixou-se em cerca de 237,1 milhões de euros.

Resumo	FY2001	4Q2001	3Q2001	2Q2001	1Q2001
Cotação mínima (valor euros) .....	6,53	7,00	6,53	10,00	12,53
Cotação máxima (valor euros) .....	13,90	9,07	12,00	13,40	13,90
Cotação média ponderada pela quantidade .....	10,30	8,23	8,69	10,99	12,42
Número de títulos transaccionados .....	8 554 554	1 905 028	1 980 770	1 896 019	2 762 737
Capitaliz. bolsista no último dia do período (milhões de euros) .....	237,1	237,1	206,3	299,5	313,6

A *performance* da Novabase compara muito favoravelmente com a mais relevante das congéneres contada na bolsa de Madrid (INDRA).

Na comparação com a INDRA, a Novabase revela a sua característica de acção de forte crescimento, quer a nível de volume de negócios quer a nível de resultados líquidos, quer a nível de *cash-flow* operacional (EBITDA).

(Em percentagem)

	Novabase	Indra
Crescimento volume negócios 2000-2001 .....	82,5	14,4
Crescimento resultados líquidos 2000-2001 .....	38,0	22,0
Crescimento EBITDA 2000-2001 .....	54,8	18,3

## 10 — Agradecimentos

O conselho de administração, ao terminar o seu relatório relativo ao exercício de 2001, deseja expressar o seu reconhecimento a todos quantos se empenharam activamente no desenvolvimento da Novabase, na construção contínua da sua visão, no estabelecimento de objectivos concretos, na sua persecução e nas pequenas tarefas árduas do dia a dia, permitindo-se destacar em especial:

Os nossos clientes, pela preferência com que nos distinguiram, pelos desafios colocados, pela confiança demonstrada, pelas críticas e sugestões, pela relação de trabalho criada com a nossa empresa.

Os nossos colaboradores, pela competência colocada ao serviço de uma missão comum, pelo esforço, pelo empenhamento, pelo entusiasmo e pelas críticas, por quererem partilhar connosco o seu projecto profissional de vida.

Os nossos accionistas, pela confiança demonstrada e pelo apoio, colaboração e interesse com que têm acompanhado a actividade da empresa.

Os nossos parceiros, pela contribuição para o aumento das nossas capacidades, num mundo em que ninguém realiza nada sozinho.

O conselho fiscal e auditores externos, que acompanharam de forma rigorosa, esforçada e construtiva todos os aspectos de relevo na sociedade.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2002. — O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte.

## Anexo ao relatório consolidado de gestão do conselho de administração

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração (n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais):

Accionistas	Número de acções	Porcentagem de capital	Porcentagem de direito de voto
José Afonso Oom Ferreira de Sousa .....	3 383 670	11,98	12,01
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho .....	3 383 490	11,97	12,01
Rogério dos Santos Carapuça .....	2 536 406	8,98	9,00
Luís Paulo Cardoso Salvado .....	2 415 248	8,55	8,57
João Nuno da Silva Bento .....	2 415 148	8,55	8,57
Paulo Jorge Ferreira Andrez .....	1 099 641	3,89	3,90
Álvaro José da Silva Ferreira .....	1 089 816	3,86	3,87

Accionistas	Número de acções	Porcentagem de capital	Porcentagem de direito de voto
João Filipe dos Santos Teixeira Neto .....	667 068	2,36	2,37
João Vasco Tavares da Mota Ranito .....	667 068	2,36	2,37
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus .....	496 405	1,76	1,76
Nuno Miguel Isidoro Duarte .....	279 226	0,99	0,99
<i>Total</i> .....	18 433 186	65,24	65,44

Publicidade de participações de accionistas (n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais):

Accionistas	Número de acções	Porcentagem de capital	Porcentagem de direito de voto
José Afonso Oom Ferreira de Sousa .....	3 383 670	11,98	12,01
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho .....	3 383 490	11,97	12,01
Rogério dos Santos Carapuça .....	2 536 406	8,98	9,00
Luís Paulo Cardoso Salvado .....	2 415 248	8,55	8,57
João Nuno da Silva Bento .....	2 415 148	8,55	8,57
Banco Espírito Santo, S. A. ....	1 532 864	5,42	5,44
Paulo Jorge Ferreira Andrez .....	1 099 641	3,89	3,90
Álvaro José da Silva Ferreira .....	1 089 816	3,86	3,87
Fernando Eduardo Ribeiro Marques .....	928 796	3,29	3,30
João Filipe dos Santos Teixeira Neto .....	667 068	2,36	2,37
João Vasco Tavares da Mota Ranito .....	667 068	2,36	2,37
AF Investimentos — Grupo BCP .....	565 493	2,00	2,01
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus .....	496 405	1,76	1,76
Nuno Miguel Isidoro Duarte .....	279 226	0,99	0,99
Manuel Saldanha Fortes Tavares Festas .....	101 346	0,36	0,36
<i>Total</i> .....	21 561 685	76,31	76,54

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luís Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Álvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*.

## Anexo de recomendações da CMVM

Acordos parassociais:

A 14 de Junho de 2000, foi celebrado por escrito um acordo entre os seguintes vendedores na operação de dispersão de capital em Bolsa:

Rogério Santos Carapuça.  
 José Afonso Sousa.  
 Pedro Marques Carvalho.  
 Luís Paulo Salvado.  
 João Nuno Bento.  
 Álvaro Silva Ferreira.  
 Paulo Jorge Andrez.  
 João Vasco Ranito.  
 João Filipe Neto.  
 José Carlos Jesus.  
 Nuno Miguel Duarte.  
 Manuel Tavares Festas.  
 Fernando Ribeiro Marques.

O acordo foi, nas suas partes essenciais, transcrito no prospecto de admissão e os principais factos que dele resultam são os seguintes:

- Obrigações relativamente à composição dos órgãos sociais e à eleição dos respectivos membros;
- Obrigações e compromisso de não alienar as respectivas acções excepto nas condições e termos autorizados por uma maioria igual ou superior a 2/3 das acções detidas pelos signatários;
- Obrigações de reinvestimento de 60% do encaixe da operação de IPO, em aumento de capital ao preço do IPO.
- Obrigações dos signatários de permanecerem na Novabase em funções de gestão em regime de exclusividade e por um período mínimo de três anos após, o dia 14 de Julho de 2000.

Relação com investidores e comunicação:

A Novabase criou um Gabinete de Relações com Investidores com a responsabilidade de representar a Novabase junto da CMVM e dos investidores. No contacto com investidores, particulares e também institucionais Nacionais e estrangeiros, foi igualmente usado o *site web* da Novabase, [www.novabase.pt](http://www.novabase.pt), no qual são publicados os factos relevantes e a prestação de contas relativas ao ano 2000 (1.º semestre, 3.º trimestre e ainda as contas anuais) em português e inglês. A descrição da Novabase, os seus objectivos, as empresas que a constituem, os mercados e as tecnologias que opera são detalhadamente descritos e actualizados em base sistemática. Cerca de 50% dos contactos de investidores particulares foram recebidos pelo Canal Internet.

A comunicação institucional e *marketing* conta com uma equipa reforçada ao longo de 2000 de sete colaboradores. Foi responsável pela campanha de *marketing* na operação de IPO e tem a seu cargo a responsabilidade da comunicação com os órgãos de comunicação social.

Regulamentos internos e de conduta:

A Novabase compromete-se a garantir a confidencialidade sobre os dados disponibilizados pelo cliente ou por terceiros envolvidos em cada projecto não os disponibilizando a quaisquer outras entidades, salvo autorização expressa do cliente.

A Novabase assume, igualmente, o compromisso de remover e destruir, no final de cada projecto, todo e qualquer tipo de registo relacionado com os dados analisados que não venha a ser necessário para projectos consequentes e que o cliente considere como de acesso privilegiado.

Sem prejuízo do disposto acima, será conveniente que a definição dos processos de normalização e de identificação definidos durante o projecto, possam ser salvaguardados por forma a poderem ser utilizados em eventuais extensões a este projecto. A informação a salvaguardar consiste num conjunto de ficheiros de referência e de parame-

trização das ferramentas utilizadas, não havendo a necessidade de salvaguardar quaisquer dados existentes nas bases de dados, processadas.

Política de dividendos:

Como previsto no prospecto de IPO, o conselho de administração da Novabase não deverá propor em assembleia geral a distribuição de dividendos aos accionistas nos três anos de actividade subsequentes ao IPO, de forma a poder capitalizar a própria sociedade para fazer face

ao forte crescimento esperado das suas actividades, acrescentando valor aos accionistas.

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luis Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Alvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*.

## Balanço consolidado dos exercícios findos em 2001 e 2000

### ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2001		2000	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
<b>Imobilizado:</b>				
<b>Imobilizado incorpóreo:</b>				
Despesas de instalação .....	2 015	1 172	843	795
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	3 638	1 812	1 826	842
Propriedade industrial e outros direitos .....	245	97	148	29
Trespases .....	1 405	107	1 298	14
Imobilizações em curso .....	3 377	—	3 377	3 553
Outras imobilizações incorpóreas .....	—	—	—	8
Diferenças de consolidação .....	12 726	2 433	10 293	8 978
	<u>23 406</u>	<u>5 621</u>	<u>17 785</u>	<u>14 218</u>
<b>Imobilizado corpóreo:</b>				
Edifícios e outras construções .....	599	349	250	282
Equipamento básico .....	5 596	3 001	2 595	2 690
Equipamento de transporte .....	4 359	2 315	2 044	2 012
Ferramentas e utensílios .....	154	40	114	16
Equipamento administrativo .....	1 210	535	675	565
Outras imobilizações corpóreas .....	13	6	7	6
	<u>11 931</u>	<u>6 246</u>	<u>5 685</u>	<u>5 571</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Partes de capital em empresas associadas .....	2 101	—	2 101	1 815
Obrigações e títulos de participação .....	3	—	8	5
Outras aplicações financeiras .....	3	—	3	4
	<u>2 112</u>	<u>—</u>	<u>2 112</u>	<u>1 824</u>
<b>Circulante:</b>				
<b>Existências:</b>				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo .....	5 069	—	5 069	1 723
Produtos e trabalhos em curso .....	184	—	184	174
Produtos acabados .....	1 947	—	1 947	380
Mercadorias .....	581	20	561	337
	<u>7 781</u>	<u>20</u>	<u>7 761</u>	<u>2 613</u>
<b>Dívidas de terceiros — curto prazo:</b>				
Clientes c/corrente .....	30 242	—	30 242	28 121
Clientes cobrança duvidosa .....	1 244	1 173	71	332
Accionistas .....	42	—	42	195
Adiantamentos a fornecedores .....	165	—	165	91
Adiantamentos a fornecedores imobilizado .....	—	—	—	6
Estado e outros entes públicos .....	649	—	649	795
Outros devedores .....	13 106	197	12 909	1 781
Subscritores de capital .....	134	—	134	729
	<u>45 582</u>	<u>1 370</u>	<u>44 212</u>	<u>32 050</u>
<b>Títulos negociáveis:</b>				
Títulos negociáveis .....	612	—	612	1 072
Outras aplicações tesouraria .....	16 924	—	16 924	22 912
	<u>17 536</u>	<u>—</u>	<u>17 536</u>	<u>23 985</u>

(Em milhares de euros)

	2001		2000	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários à ordem .....	9 231		9 231	2 677
Caixa .....	38		38	203
	<u>9 269</u>		<u>9 269</u>	<u>2 879</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos .....	1 930		1 930	1 715
Custos diferidos .....	1 718		1 718	1 407
	<u>3 648</u>		<u>3 648</u>	<u>3 122</u>
<i>Total de amortizações</i> .....		<u>11 867</u>		
<i>Total de provisões</i> .....		<u>1 390</u>		
<i>Total do activo</i> .....	<u>121 265</u>	<u>13 257</u>	<u>108 008</u>	<u>86 263</u>

## CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2001	2000
Capital próprio:		
Capital .....	14 128	14 100
Ações próprias .....	(44)	—
Prémios de emissão de acções .....	35 162	34 692
Diferenças de consolidação .....	87	87
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas .....	(81)	19
Reservas:		
Reservas legais .....	563	66
Reservas livres .....	4 667	93
Diferenças de conversão cambial .....	185	(138)
Resultados transitados .....	(171)	(191)
Resultado líquido do exercício .....	<u>8 886</u>	<u>6 399</u>
<i>Total do capital próprio</i> .....	<u>63 382</u>	<u>55 125</u>
Interesses minoritários .....	<u>3 677</u>	<u>2 974</u>
Passivo:		
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito .....	1 983	—
Fornecedores de imobilizado .....	1 009	995
	<u>2 992</u>	<u>995</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito .....	1 753	3 788
Fornecedores c/corrente .....	14 857	9 306
Fornecedores de imobilizado .....	1 580	1 525
Empresas associadas .....	110	5
Adiantamento de clientes .....	—	—
Adiantamento de clientes .....	—	18
Estado e outros entes públicos .....	8 120	5 710
Outros credores .....	1 997	1 996
	<u>28 417</u>	<u>22 349</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos .....	5 628	2 916
Proveitos diferidos .....	3 912	1 905
	<u>9 540</u>	<u>4 821</u>
<i>Total do passivo</i> .....	<u>40 949</u>	<u>28 164</u>
<i>Total capital próprio, interesses minoritários e passivo</i> .....	<u>108 008</u>	<u>86 263</u>

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos em 2001 e 2000**

## CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de euros)

	2001		2000	
Custo das mercadorias vendidas e consumidas .....		25 232		12 243
Fornecimentos e serviços externos .....		28 330		16 658
Custos com o pessoal:				
Remunerações .....	24 095		14 924	
Encargos sociais .....	4 546		2 813	
Outros .....	1 011	29 652	600	18 337
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo .....	4 621		4 224	
Provisões .....	363	4 984	568	4 792
Impostos .....	65		59	
Outros custos e perdas operacionais .....	12	77	85	144
Juros e custos similares (A) .....		88 275		52 174
		1 303		902
Custos e perdas extraordinárias (C) .....		89 578		53 076
		303		1 116
Imposto sobre o rendimento do exercício (E) .....		89 881		54 192
		2 487		2 421
Interesses minoritários (G) .....		92 368		56 613
Resultado consolidado líquido do exercício .....		1 002		195
		8 886		6 399
		102 256		63 207

## PROVEITOS E GANHOS

	2001		2000	
Vendas .....	33 397		17 132	
Prestações de serviços .....	63 069	96 466	35 715	52 847
Trabalhos para a própria empresa .....	2 937		5 286	
Proveitos suplementares .....	244		295	
Subsídios à exploração .....	283		22	
Outros proveitos e ganhos operacionais .....	11	3 475	19	5 622
Outros juros e proveitos similares (B) .....		99 941		58 469
		1 095		4 261
Proveitos e ganhos extraordinários (D) .....		101 036		62 730
		1 220		477
		102 256		63 207

## Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) = .....	11 666	6 295
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) = .....	(208)	3 359
Resultados correntes (D)–(C) = .....	11 458	9 654
Resultados antes de impostos (F)–(E) = .....	12 375	9 015
Resultado líquido do exercício (F)–(G) = .....	9 888	6 594

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Demonstração consolidada dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000**

	2001		2000	
Vendas e prestação de serviços .....		96 466		52 847
Custo das vendas e das prestações de serviços .....		71 238		34 414
Resultados brutos .....		25 227		18 433

	2001	2000
Outros proveitos e ganhos operacionais .....	4 320	4 750
Custos de distribuição .....	1 731	1 090
Custos administrativos .....	3 578	5 274
Outros custos e perdas operacionais .....	11 140	10 822
Resultados operacionais .....	13 099	5 997
Custo líquido de financiamento .....	656	670
Ganhos/perdas em filiais e associadas .....	1 303	520
Ganhos/perdas em outros investimentos .....	1 236	4 208
Resultados não usuais .....	—	—
Resultados correntes .....	12 375	9 015
Impostos sobre os resultados correntes .....	2 487	2 421
Resultados correntes após impostos .....	9 888	6 594
Resultados extraordinários .....	—	—
Impostos sobre resultados extraordinários .....	—	—
Resultado consolidado com interesses minoritários .....	9 888	6 594
Interesses minoritários .....	1 002	195
Resultado líquido .....	8 886	6 399
Resultados por acção .....	0,00031	0,00032

O Conselho de Administração: Rogério dos Santos Carapuça, presidente — José Afonso Oom Ferreira de Sousa — Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho — Luís Paulo Cardoso Salvado — João Nuno da Silva Bento — Álvaro José da Silva Ferreira — Paulo Jorge Freire Andrez — João Vasco Tavares da Mota Ranito — João Filipe Santos Teixeira Neto — José Carlos de Almeida Pedro de Jesus — Nuno Miguel Isidoro Duarte. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

### Anexo ao balanço e demonstração de resultados consolidados relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001

(Montantes expressos em milhares de euros)

#### Introdução:

A Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (adiante designada por Novabase ou empresa), criada inicialmente sob a denominação de Novabase — Sistemas de Informação e Base de Dados, Lda., é a Empresa mais-antiga do Grupo Novabase, detendo, as participações sociais das restantes Empresas do Grupo. Constituída em 11 de Maio de 1989, teve como actividade principal a produção e comercialização de sistemas informáticos até ao final de 1999.

Em 23 de Dezembro de 1999, esta empresa alterou a sua denominação social e o seu objecto, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como objecto a gestão de participações sociais de outras empresas como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Novabase, SGPS, foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, que define as normas relativas à consolidação de contas em Portugal. A Novabase como Empresa-Mãe do Grupo Novabase

detém participações em empresas filiais e associadas. São consideradas filiais as que correspondem a investimentos de carácter duradouro cuja participação directa ou indirecta seja superior a 50% ou onde, embora com participação inferior àquela, a Novabase exerça uma posição de domínio. As empresas associadas são investimento de carácter duradouro, cuja participação da Novabase se situe entre 20% e 50% e em relação às quais não exista uma relação de controlo, mas apenas de complementaridade com as actividades da Novabase. Nestas circunstâncias, o conjunto de filiais e associadas exclui as empresas cuja participação não foi adquirida com o objectivo de intervenção na gestão das respectivas entidades.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Novabase ou a sua apresentação não é relevante.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As empresas incluídas na consolidação, a sua sede e a proporção do capital detido directa e indirectamente pela Novabase é em 31 de Dezembro de 2001 como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação		2001	
		Directa	Indirecta	Capital próprio	Resultados do exercício
Empresa-mãe:					
Novabase, SGPS, S. A. ....	Lisboa	—	—	—	—
Subsidiárias:					
Novabase — Suporte à Decisão, S. A. ....	Lisboa	96,52	—	1 762	1 135
Novabase Porto, S. A. ....	Porto	100,00	—	1 017	47
NBO Recursos em TI, S. A. ....	Lisboa	100,00	—	2 419	1 939
C Focus — Soluções de Marketing, S. A. ....	Lisboa	86,00	—	835	556
Novabase Serviços, S. A. ....	Lisboa	100,00	—	426	196
Mentor.IT — Consultoria em TT, S. A. ....	Lisboa	77,50	—	77	26
Novabase — Sistemas de Informação, S. A. ....	Lisboa	74,81	—	3 306	72

Denominação social	Sede	Percentagem de participação		2001	
		Directa	Indirecta	Capital próprio	Resultados do exercício
Novabase — Desenvolvimento à Medida, S. A. ....	Lisboa	94,95	—	3 802	2 287
Novabase Data Quality, S. A. ....	Lisboa	96,00	—	2 473	1 397
Mind — Software Multimedia e Industrial, S. A. (a) .....	Lisboa	50,00	—	325	187
Sapi 2-ci — Consultoria Informática, L.ª (b) .....	Porto	50,00	—	236	95
Sapi 2-pi — Projectos Informáticos, L.ª (b) .....	Porto	—	50,00	19	63
Novabase — Geoinformação, S. A. ....	Lisboa	74,99	—	82	69
Novabase Saúde, S. A. ....	Lisboa	55,00	—	2 106	(238)
Octal — Engenharia de Sistemas, S. A. ....	Lisboa	100,00	—	4 711	1 032
Novabase Brasil, Ltda. ....	S. Paulo	80,00	—	1 070	(310)
Octaltv, S. A. (e) .....	Lisboa	60,67	—	1 523	1 274
Novabase — Outsourcing, S. A. ....	Lisboa	92,50	—	2 549	51
Novabase — Integração de Processos, S. A. ....	Lisboa	90,00	—	328	184
Ontv, S. A. (a) .....	Lisboa	51,00	—	388	253
SAF, S. A. ....	Lisboa	51,00	—	410	(13)
Novabase — Gestão Empresarial, S. A. ....	Lisboa	97,50	—	563	112
Novabase — Gestão de Activos, S. A. ....	Lisboa	100,00	—	50	—
TVLab, S. A. (a) .....	Lisboa	50,00	—	461	(65)
CellFocus, S. A. ....	Lisboa	—	47,30	505	356
Praetor II, L.ª (d) .....	Lisboa	—	96,52	1	5
Praetor III, L.ª (d) .....	Lisboa	—	96,52	57	5
Octal — Engenharia de Sistemas, SL (f) .....	Madrid	—	75	122	1
Sub-grupo Novabase Capital:					
Novabase Capital, SGPS, S. A. ....	Lisboa	—	100,00	3 845	(54)
Subsidiárias:					
Deltafor, L.ª .....	Oeiras	—	100,00	387	90
Milenar, S. A. ....	Sintra	—	75,00	105	9

Excepto quanto à Mind e TVLab, incluídas na consolidação pelo método proporcional, conforme indicado na nota n.º 5, as restantes empresas acima referidas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea d), n.º 1, do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91 (designação da maioria dos órgãos sociais) e, nos demais casos, com base na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo (maioria de direitos de voto).

(a) Tendo em consideração que foi assinado um acordo parassocial entre os actuais sócios, dando à Novabase um controlo maioritário na gestão da Sapi2 ci — Consultoria Informática, L.ª, esta empresa foi incluída na consolidação pelo método de integração global;

(b) O capital é detido na totalidade pela SAPI2 ci — Consultoria Informática, L.ª;

(c) A participação representativa de 55% do capital é detida pela Cfocus, S. A.;

(d) O capital é detido na totalidade pela Novabase — Suporte à Decisão, S. A.;

(e) O capital é detido em 51% pela Novabase, SGPS e em 9,67% pela Octal, S. A.;

(f) Participação detida pela Octal, S. A.

### 3 — Empresas associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

As participações de capital em empresas associadas, estão registadas pelo método da equivalência patrimonial, que corresponde à proporção detida nos capitais próprios das subsidiárias em 31 de Dezembro de 2001:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação		2001	
		Directa	Indirecta	Capital próprio	Resultados do exercício
Clipanúncios, S. A. ....	Lisboa	—	25,00	341	(79)
Manchete, S. A. ....	Lisboa	—	25,00	250	(34)
SuperEmprego, S. A. ....	Lisboa	—	36,25	(85)	(361)
Dínamo, S. A. ....	Lisboa	—	40,00	493	26
NetSaúde, S. A. ....	Lisboa	—	20,00	1 631	(369)

Estas participações são detidas através da Novabase Capital, SGPS.

### 5 — Empresas consolidadas pelo método proporcional:

A Mind e a TVLab foram incluídas na consolidação pelo método proporcional. Respective sede e os factos em que se baseia a administração para utilizar este método de consolidação e a proporção do capital detido, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação		2001	
		Directa	Indirecta	Capital próprio	Resultados do exercício
MIND — Software Multimedia e Industrial, S. A. ....	Lisboa	50	—	325	187
TVLab, S. A. ....	Lisboa	50	—	460	(65)

Tendo em consideração que estas empresas correspondem a entidades conjuntamente controladas, foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional (n.º 4.3 da Directriz Contabilística n.º 24 — Empreendimentos conjuntos).

De acordo com este método, o Grupo reconhece a proporção correspondente nos resultados, activos e passivos desta entidade.

## 6 — Empresas relevadas ao custo de aquisição:

A empresa-mãe possui à data de 31 de Dezembro de 2001, uma participação de 25,1% da empresa Infordesporto, S. A., registada pelo valor de aquisição de 1310 milhares de euros.

A esta participação não foi aplicado o método de equivalência patrimonial pelo facto de existir um contrato de compra e venda de acções que garante um valor mínimo de venda para esta participação de 1346 milhares de euros.

As seguintes empresas, detidas indirectamente pela Novabase [v. nota n.º 27, alínea *iii*)], encontram-se relevadas ao custo de aquisição:

Tape;  
Intelcart;  
Setcom;  
Octal gmbH;  
Plano B;  
SAF Espanha.

## 7 — Número médio de pessoal:

O número médio de empregados ao serviço do Grupo Novabase durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, incluindo os empregados das empresas do Grupo que integram a consolidação pelo método proporcional, foi de 944 e 674, respectivamente.

## III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

## 10 — Diferenças de consolidação:

*i*) Diferenças de consolidação incluídas no imobilizado incorpóreo:

O saldo desta rubrica compreende à diferença entre o custo de aquisição das partes de capital detidas em empresas do Grupo e associadas e a proporção dos capitais próprios à data de aquisição, se efectuadas após 1 de Janeiro de 1991 ou à data da primeira consolidação da Novabase. Em 31 de Dezembro de 2001 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Em milhares de euros)			
Subsidiária	Ano de aquisição	Percent. de particip. no capital	Difer. de consolid.
Novabase — Suporte à Decisão	1998	2,00	246
Novabase — Suporte à Decisão	1999	16,00	971
Novabase — Suporte à Decisão	2001	4,00	1 127
Novabase — Data Quality .....	2001	6,00	849
Novabase — Desenvolv. Medida	2001	3,00	713
NBO .....	1999	49,97	1 878
CFocus .....	1999	25,00	1
CFocus .....	2001	6,00	731
Novabase Porto .....	1999	49,95	1 151
Novabase Capital .....	1999	100,00	1 250
Octal — Engenharia de Sistemas	2000	100,00	715
Mínd .....	2000	50,00	608
SAPÍ2 .....	2000	50,00	968
Novabase — Gestão Empresarial	2001	51,00	168
ONTV .....	2000	51,00	307
SAF .....	2000	51,00	487
Praetor II .....	2000	100,00	619
Praetor III .....	2000	100,00	193
			12 982
Amortizações acumuladas .....			2 433
			10 549

A este valor de diferenças de consolidação *i*) foi deduzida a mais valia obtida na alienação de acções próprias a promotores de algumas participadas (430 milhares de euros) e *ii*) foi incluída a menos valia resultante da alienação de 25,19% de participação no capital social da Novabase — Sistemas de Informação (174 milhares de euros).

As diferenças de consolidação são amortizadas durante um período de 10 anos (v. nota n.º 17).

*ii*) Diferenças de consolidação incluídas nos capitais próprios:

(Em milhares de euros)			
Subsidiária	Ano de aquisição	Percent. de particip. no capital	Difer. de consolid.
Mentor .....	1999	2,50	—
Deltafor .....	1999	100,00	84
Milenar .....	2000	75,00	3
			87

O saldo desta rubrica resulta do facto de o custo com a aquisição da participação ser inferior à proporção detida nos capitais próprios da filial.

## 14 — Alterações ao perímetro de consolidação:

No exercício de 2001, ocorreram alterações no perímetro de consolidação das empresas do Grupo Novabase, nomeadamente por:

*i*) Constituição das empresas:

Novabase — Gestão Empresarial, S. A.;  
TVLab, S. A.;  
Novabase — Gestão de Activos, S. A.

*ii*) Alienação parcial de participação nas empresas:

Manchete, S. A.;  
Clipanúncios, S. A.;  
Novabase — Sistemas de Informação, S. A.

*iii*) Alienação da totalidade da participação em:

Codeware, S. A.;  
Mercabolsa, L.<sup>da</sup>

## 15 — Consistência de aplicação dos critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos seguidos pelas empresas do Grupo Novabase, foram, na generalidade, aplicados de forma consistente entre as empresas incluídas na consolidação e encontram-se descritos na nota 23.

## 17 — Período de amortização de diferenças de consolidação:

As diferenças de consolidação são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de dez anos, período que se considera como o adequado para a recuperação do investimento.

## 18 — Critérios de contabilização das participações em associadas:

As participações financeiras em empresas associadas (participação entre 20% e 50%), são registados pelo método da equivalência patrimonial, pelo que as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido pela diferença para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas trimestralmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida de ganhos e perdas do exercício (v. nota n.º 44). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

## IV — Informações relativas a compromissos:

21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo Novabase e não incluídos no balanço a 31 de Dezembro de 2001 resultam dos encargos financeiros incluídos nas rendas vincendas de aluguer de viaturas no montante de 410 milhares de euros.

## 22 — Garantias prestadas:

A 31 de Dezembro de 2001, existem compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas

a terceiros destinadas a servir de caução aos projectos em curso, cuja discriminação é a seguinte (em milhares de euros):

IIES .....	660
TMN .....	539
CTT .....	521
CGD .....	283
ISQ .....	195
Sociedade Gestora FPBP .....	125
Del Veste .....	118
Siemens .....	116
Administração Regional de Saúde do Alentejo .....	105
DGSP .....	97
CP .....	90
DGDR .....	88
Instituto de Informática .....	57
Imorendimento .....	51
Outras .....	384
	<u>3 429</u>

A distribuição das responsabilidades por garantias emitidas, por empresa do Grupo totaliza 2267 milhares de euros:

	Banco	Milhares de euros
Novabase Desenvolvimento Medida .....	BPI	60
Novabase Suporte Decisão .....	BES	131
Novabase Gestão Empresarial .....	BPI	43
Novabase Saúde .....	BCP	137
Novabase Integração de Processos .....	BPI	22
NBO .....	BPI	2
Novabase Porto .....	BPI	77
Novabase Suporte Decisão .....	BES	142
Novabase Suporte Decisão .....	BÍI	553
Novabase Sistemas Informação .....	BES	502
Novabase Sistemas Informação .....	BPI	598
		<u>2 267</u>

O montante remanescente de 1162 milhares de euros resulta de garantias bancárias emitidas pela empresa junto dos seguintes bancos:

- i) Banco Português de Investimento, 689 milhares de euros;
- ii) Banco Nacional Ultramarino, 206 milhares de euros;
- iii) Mapfre, 284 milhares de euros, alínea iv) Caixa Geral de Depósitos, 63 milhares de euros; e
- v) Banco Português Atlântico, 130 milhares de euros.

V — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados:

#### 23 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a convenção do custo histórico, corrigido para o justo valor dos activos ou passivos, adquiridos, compreendendo as políticas contabilísticas referidas abaixo.

As demonstrações financeiras individuais da Novabase e das suas filiais e associadas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas (v. nota n.º 1), foram preparadas por estas entidades com base nos respectivos registos contabilísticos adoptados pelo grupo e que seguem o Plano Oficial de Contabilidade. As filiais no estrangeiro preparam as suas contas estatutárias em conformidade com os princípios contabilísticos seguidos localmente.

#### Procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as da Novabase, das suas filiais e associadas mais significativas foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Junho.

Neste contexto procedeu-se à uniformização dos critérios contabilísticos sempre que tal foi julgado necessário ou materialmente relevante.

A consolidação das empresas participadas referidas na nota n.º 1 efectuou-se pelo método de consolidação integral. As filiais são conso-

lidadas desde a data em que a Novabase ou quaisquer outras das filiais exercem directa ou indirectamente controlo efectivo, sendo retiradas do perímetro de consolidação a partir do momento da sua alienação, ou modificação no controlo.

As principais transacções e os saldos de maior significado ocorridos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação, assim como os ganhos e perdas não realizadas em transacções entre empresas que integram o Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado no balanço na rubrica de interesses minoritários (nota n.º 53).

As diferenças de consolidação (*goodwill*), decorrentes da diferença entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da proporção do capital próprio que elas representam, reportados à data da aquisição ou à data da primeira consolidação e alteradas pelas modificações subsequentes na estrutura das participações respectivas, foram registadas no balanço consolidado na rubrica de diferenças de consolidação.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se incluídos no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial (v. notas n.ºs 3 e 18).

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% e nas subsidiárias e associadas que justificadamente não foram incluídas na consolidação, encontram-se apresentados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é mais baixo.

Os interesses do grupo numa entidade controlada conjuntamente são contabilizados pelo método proporcional. De acordo com este método o grupo reconhece a proporção correspondente nos resultados, activos e passivos dessas entidades (v. nota n.º 5).

#### Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

a) *Especialização de exercícios*. — Os proveitos e custos são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos à medida em que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (v. nota n.º 58).

b) *Goodwill*. — O *goodwill* (diferenças de consolidação) é registado no activo e amortizado pelos períodos necessários à recuperação do investimento realizado, sendo esse período de 10 anos.

O valor de *goodwill* apresentado no balanço como activo incorpóreo é revisto anualmente, sendo efectuados ajustamentos referentes a perdas permanentes de valor, nos casos em que se considere necessário.

c) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas compreendem, para além das diferenças de consolidação acima referidas, as despesas de instalação, as despesas de investigação e desenvolvimento e as despesas com propriedade intelectual e outros direitos. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes por um período de três anos, excepto as diferenças de consolidação que como referido na nota n.º 17 são amortizadas num período de 10 anos.

Durante o exercício de 2001, a empresa iniciou a utilização do método de quotas constantes por duodécimos, aplicável a bens adquiridos no exercício. Esta situação resultou numa redução das amortizações do exercício no montante de 105 milhares de euros.

d) *Imobilizações em curso*. — As imobilizações em curso respeitam aos projectos e produtos de desenvolvimento interno de *software* em execução, sendo valorizados em função dos custos das horas gastas pelos colaboradores envolvidos, bem como os custos directamente associados aos mesmos e os custos incorridos com subcontratações de entidades externas. No momento em que o projecto ou produto inicia a sua comercialização, estes valores são transferidos para a rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento.

e) *Imobilizações corpóreas*. — Os bens do activo imobilizado são registados ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua colocação em funcionamento. As despesas efectuadas em beneficiação de imobilizações que aumentem a sua vida útil são capitalizadas e as despesas de manutenção, conservação e reparação são consideradas como custos quando incorridas.

As amortizações são calculadas a partir da data de entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, de acordo com o período de vida útil estimado, o qual não difere substancialmente das taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais, como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções .....	10 a 50
Equipamento básico .....	3 a 4
Ferramentas e utensílios .....	4
Equipamento de transporte .....	4
Equipamento administrativo .....	3 a 10

A empresa passou a utilizar o método de quotas constantes por duodécimos, aos bens adquiridos no exercício. Este procedimento gerou uma redução das amortizações do exercício no montante de 397 milhares de euros.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente são reconhecidos numa base de acréscimo, sendo a parte correspondente a cada exercício registada na demonstração de resultados (v. nota n.º 58).

Bens	Custo	Amortização acumulada	Amortização do exercício	Rendas do exercício	Rendas vincendas
Equipamento de transporte .....	3 023	1 567	635	788	1 603

O valor de rendas pagas no exercício inclui o montante de 168 milhares de euros referente a encargos financeiros.

*h) Existências.* — As existências de mercadorias e matérias-primas e subsidiárias são registadas ao preço de custo acrescido de despesas de compra, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

No caso dos produtos acabados e intermédios e em curso, o custo de produção inclui, além dos custos directos, uma imputação de gastos gerais de fabrico, determinada em função da fase de acabamento respectiva.

Os montantes necessário para reduzir o valor de existências ao seu valor líquido realizável, sempre que se estime perda de valor, são relevados na conta de provisão para depreciação de existências.

*i) Contas a receber.* — As contas a receber são relevadas ao seu valor líquido de realização, o qual é determinado tendo em consideração as provisões necessárias para os créditos de cobrança duvidosa. Estas provisões são constituídas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber no final de cada ano.

*j) Responsabilidades por férias e subsídio de férias.* — O valor das responsabilidades por férias e subsídio de férias e respectivos encargos de 2001, a pagar no ano seguinte, foi imputada como custos desses exercícios, por contrapartida da rubrica de acréscimos de custos.

*k) Títulos negociáveis.* — Os títulos negociáveis encontram-se registados ao mais baixo custo de aquisição ou de mercado.

*l) Activos e passivos em moeda estrangeira.* — Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para escudos utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços (v. nota n.º 24).

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados consolidados do exercício (v. nota n.º 44).

*m) Imposto sobre o rendimento.* — O encargo com o imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), sendo reconhecidas contabilisticamente, se relevantes as situações de diferimento de imposto, em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista), aplicada supletivamente ao Plano Oficial de Contabilidade por força da entrada em vigor da Directriz Contabilística n.º 18 (v. nota n.º 38).

As subsidiárias estrangeiras da empresa são tributadas de acordo com as regras fiscais vigentes nos respectivos países de origem.

*n) Subsídios atribuídos para financiamento de immobilizações.* — Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de imo-

*f) Investimentos financeiros.* — Os investimentos financeiros do Grupo Novabase são registados conforme referido na nota n.º 18 e na descrição dos procedimentos de consolidação acima.

*g) Locação financeira e outros alugueres.* — Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens do imobilizado corpóreo são registados em contas de immobilizações sempre que o grupo assuma todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respectivos bens. O valor pelo qual essas aquisições são capitalizadas corresponde ao valor actual das rendas futuras. A correspondente responsabilidade é registada no passivo, sendo os encargos financeiros associados a cada renda bem como a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea supra, registados como custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

Em virtude de nas contas individuais não ser utilizado este critério valorimétrico, as demonstrações financeiras consolidadas após 31 de Dezembro de 1998 têm sido ajustadas por forma a mostrarem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação em consonância com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 25.

Em 31 de Dezembro de 2001, o ajustamento efectuado foi o seguinte:

bilizações estão registados em balanço, na rubrica proveitos diferidos para posterior reconhecimento na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às amortizações das immobilizações corpóreas subsidiadas. A parcela do subsídio reconhecido como proveito no exercício integra os resultados extraordinários consolidados do exercício.

*o) Capitalização de custos.* — As empresas do Grupo em fase de lançamento seguem, como regra geral, a capitalização da generalidade dos custos relacionados com projectos e reconhecem nos resultados do exercício apenas as suas despesas de funcionamento.

*p) Comparativos.* — Excepto quanto ao referido no parágrafo seguinte, as demonstrações financeiras consolidadas são consistentes com as do ano anterior, pelo que não existe casos de implementação, alteração ou discontinuidade dos princípios e políticas contabilísticas.

Durante o exercício de 2001, as empresas do Grupo adoptaram o critério de quotas constantes por duodécimos, aplicável a bens adquiridos em 2001. Esta situação teve como impacto uma redução das amortizações do exercício no montante de 502 milhares de euros.

24 — Cotações utilizadas para conversão em euros:

*a)* As demonstrações financeiras das filiais localizadas no estrangeiro, expressas em moeda estrangeira, são convertidas para euros, originando ajustamentos que se encontram relevados em conta específica no capital próprio.

As demonstrações dos resultados são convertidas para euros ao câmbio médio do ano a que respeitam. As rubricas do balanço são convertidas para euros ao câmbio em vigor no dia 31 de Dezembro, com excepção das rubricas do capital próprio, que se encontram convertidas ao respectivo câmbio histórico designadamente:

Divisa	Taxa de câmbio média	Taxa de câmbio em Dezembro	Taxa de câmbio histórica
Real brasileiro .....	0,482	0,489	(a) 0,618 (b) 0,626

(a) Câmbio na data da constituição.

(b) Câmbio na data do aumento de capital social.

*b)* As transacções são registadas ao câmbio do dia em que ocorrem, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade. Os valores activos e passivos denominados em moeda estrangeira à data de fecho de contas são escriturados na moeda do país com base nas taxas vigentes no final do ano, actualizando directamente as contas de terceiros. As diferenças cambiais resultantes são consideradas nos resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data do balanço foram as seguintes:

Divisa	(Em euros) Taxa de câmbio
Dólar americano .....	0,881
Libra esterlina .....	0,609

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento, propriedade industrial e outros direitos e trespasses:

a) A rubrica de despesas de instalação inclui essencialmente as campanhas publicitárias realizadas aquando da operação de dispersão de

parte do capital da Novabase na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto. Estas campanhas com vista à promoção da imagem da Novabase e dos seus serviços, incluíram campanhas direccionadas a mercados específicos.

O valor destas campanhas de publicidade ascendem a aproximadamente 856 milhares de euros, e a correspondente amortização acumulada ascende a 570 milhares de euros;

b) Na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento encontram-se relevados os custos incorridos no âmbito dos projectos, quer para desenvolvimento de sistemas informáticos, quer projectos de investigação em áreas específicas, por vezes com parcerias estrangeiras.

Alguns destes projectos estão a ser comparticipados no âmbito de programas estratégicos do PEDIP.

Os principais projectos são os seguintes:

Projecto	Empresa	Custo
Qualidade PEX .....	(a) Novabase — Sistemas de Informação .....	410
Karma .....	(a) Novabase — Sistemas de Informação .....	86
PATEP .....	(a) Novabase — Sistemas de Informação .....	91
SCI/Qualidade total (acção A) .....	(a) Novabase — Sistemas de Informação .....	130
Lusa .....	(a) Novabase — Sistemas de Informação .....	174
TV Interactiva .....	Octal .....	495
MAVB .....	Octal .....	515
RDIS .....	Octal .....	56
	SAPi2-ci .....	110
Hansa .....	Novabase Porto .....	1
Karma .....	Novabase Porto .....	94
Intercare .....	Novabase Porto .....	153
IED .....	Novabase Porto .....	234
Interact-NT .....	Novabase Porto .....	141
Desenvolvimento à medida .....	Novabase Porto .....	113
Telecomunicações .....	Novabase — Suporte à Decisão .....	93
Diversos projectos totalmente amortizados .....	—	611
Outros .....	—	131
		<b>3 638</b>

(a) Projectos comparticipados ao abrigo de programas comunitários.

27 — Movimento no activo imobilizado:

i) Imobilizações em curso:

	Saldo inicial	Aumentos	Variação do perímetro	Transfe-rências	Saldo final
Imobilizações em curso:					
Imobilizado em curso .....	3 553	3 117	(1 203)	(2 090)	3 377

Os principais projectos em curso são os seguintes:

Projecto	Empresa	Custo
ASP .....	Novabase — Outsourcing .....	782
Qualidade .....	Novabase — Sistemas de Informação .....	51
E-Trust .....	Novabase — Sistemas de Informação .....	32
EPM .....	Novabase — Sistemas de Informação .....	24
Telecomunicações .....	Novabase — Suporte à Decisão .....	73
CSI (a) .....	Novabase Saúde .....	649
Meta 4 .....	Novabase Serviços .....	257
CHASM .....	Novabase Serviços .....	148
SAP .....	Novabase Serviços .....	277
Nov@log .....	Novabase Serviços .....	34
Projecto de integração .....	Novabase Serviços .....	22
Sistema de controlo de acesso .....	Novabase Serviços .....	55
Diversos .....	Novabase — Desenvolvimento à medida .....	370
Implementação no Brasil .....	Novabase — Gestão Empresarial .....	220
Template SAP-AP .....	Novabase — Gestão Empresarial .....	150
Plataforma de e-mail .....	Milenar .....	91
Fate .....	Mind .....	125
ECOD .....	Mind .....	17
	—	<b>3 377</b>

(a) Projecto em preparação de candidatura POE.

O Novabase ASP é o primeiro Quality of Service ASP a ser lançado em Portugal. As características principais deste modelo de ASP são a focalização exclusiva em aplicações corporativas (e.g., ERP, CRM) e a prestação de elevados níveis de serviço tanto na fase de implementação da solução como na fase de exploração da mesma. Este pacote de serviços, inclui desde serviços de alojamento de aplicações, ao aluguer das mesmas, ou mesmo disponibilização destas aplicações usando uma rede de telecomunicações.

O CSI — Cuidados de Saúde Integrados representa uma linha de produtos na área da Saúde orientados para as áreas administrativa e clínica de instituições de saúde públicas e privadas. O CSI cobre os processos sofisticados de gestão de actividade, agendamento, fluxos de informação, bem como a área de facturação, honorários, arquivo, enfermagem e uma solução para a área de gestão de topo com modelos de suporte à decisão.

O projecto de implementação no Brasil consiste na criação de competências no Brasil na implementação de ERPs, nomeadamente SAP.

O Template SAP — AP consiste no desenvolvimento do *template* SAP para a administração pública na área Financeira. Este *template* visa implementar as necessidades dos organismos públicos relativamente aos vários planos de contas sectoriais.

Os projectos em curso na Novabase — Desenvolvimento à Medida consistem em três projectos nas áreas de inovação e tecnologia (desenvolvimento de protótipos relacionados com as novas tecnologias emergentes, nomeadamente através da criação de bibliotecas e de gera-

dores de código incorporados em projectos futuros), controlo de qualidade (desenvolvimento de ferramentas de teste de *software* e *performance*) e ainda no desenvolvimento de ferramentas que possibilitem maior eficácia na administração de base de dados.

Estes projectos foram realizados para a própria empresa, aplicando meios próprios e adquiridos para o efeito. Desta forma, como contrapartida, o montante de 2936 milhares de euros, está relevado na demonstração consolidada de resultados na rubrica de trabalhos para a própria empresa. Dos projectos que contribuíram para esta rubrica, destacamos: (i) o ASP (apenas a parte desenvolvida no exercício 314 milhares de euros), (ii) os diversos projectos desenvolvidos pela Novabase Porto (apenas a parte desenvolvida no exercício, 102 milhares de euros), (iii) o projecto telecomunicações da Novabase — Suporte Decisão, (iv) o projecto CSI da Novabase Saúde (apenas a parte desenvolvida no exercício 443 milhares de euros), (v) os projectos da Novabase — Desenvolvimento à Medida (parte desenvolvida no exercício 269 milhares de euros), (vi) os projectos desenvolvidos pela Mind e (vii) o projecto de TV Interactiva da Octal.

#### ii) Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

Durante o exercício de 2001, os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

#### Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Variação do perímetro	Alienações	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação [nota n.º 25, alínea a)] .....	1 344	678	(7)		2 015
Despesas de investigação e desenvolvimento [nota n.º 25, alínea b)] .....	2 197	1 441	—	—	3 638
Propriedade industrial e outros direitos .....	61	184	—	—	245
Trespases .....	15	1 403	—	(13)	1 405
Diferenças de consolidação (nota n.º 10) .....	10 599	4 224	—	(2 097)	12 726
	<u>14 216</u>	<u>7 930</u>	<u>(7)</u>	<u>(2 110)</u>	<u>20 029</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Edifícios e outras construções .....	599	—	—	—	599
Equipamento básico .....	4 558	1397	(333)	(26)	5 596
Equipamento transporte .....	3 886	819	(101)	(245)	4 359
Ferramentas e utensílios .....	35	119	—	—	154
Equipamento administrativo .....	1 110	317	(217)	—	1 210
Outras imobilizações corpóreas .....	12	2	(1)	—	13
<i>Total</i> .....	<u>10 200</u>	<u>2 654</u>	<u>(652)</u>	<u>(271)</u>	<u>11 931</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>					
	Saldo inicial	Aumentos	Variação do perímetro	Alienações	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação .....	549	625	(2)	—	1 172
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	1 347	493	—	(28)	1 812
Propriedade industrial e outros direitos .....	33	64	—	—	97
Trespases .....	2	105	—	—	107
Diferenças de consolidação (nota n.º 10) .....	1 622	1 021	—	(210)	2 433
	<u>3 553</u>	<u>2 308</u>	<u>(2)</u>	<u>(238)</u>	<u>5 620</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Edifícios e outras construções .....	316	33	—	—	349
Equipamento básico .....	1 868	1 177	(44)	—	3 001
Equipamento transporte .....	1 874	455	(14)	—	2 315
Ferramentas e utensílios .....	19	21	—	—	40
Equipamento administrativo .....	545	128	(138)	—	535
Outras imobilizações corpóreas .....	7	—	(1)	—	6
	<u>4 629</u>	<u>1 814</u>	<u>(197)</u>	<u>—</u>	<u>6 246</u>
<i>Total</i> .....	<u>8 182</u>	<u>4 122</u>	<u>(199)</u>	<u>(238)</u>	<u>11 866</u>

Todas as imobilizações corpóreas estão afectas à actividade da empresa e cifram-se num valor global bruto de 11 931 milhares de euros.

Na coluna de variação de perímetro, incluiu-se apenas o impacto da variação de perímetro no saldo inicial do exercício.

A rubrica de equipamento de transporte inclui os veículos adquiridos através de alugueres operacionais (AOV) e relevados em imobilizado conforme referido na nota n.º 23, alínea g).

## iii) Investimentos financeiros:

As partes de capital em empresas associadas apresentavam em 31 de Dezembro de 2001 a seguinte composição:

	2001	2000
Infordesporto (nota n.º 6) .....	1310	1 310
SAF Espanha (nota n.º 6) .....	10	10
Plano B (nota n.º 6) .....	9	9
Manchete (nota n.º 3) .....	62	—
Clipanúncios (nota n.º 3) .....	85	—
Superemprego (nota n.º 3) .....	—	100
Dinamo (nota n.º 3) .....	198	194
Net Saúde (nota n.º 3) .....	326	—
Octal GmbH (nota n.º 6) .....	6	6
Tape (nota n.º 6) .....	4	4
Intelcart (nota n.º 6) .....	2	2
Setcom (nota n.º 6) .....	88	88
Octal Engenharia Sistemas .....	—	90
Outras .....	—	2
	<u>2 101</u>	<u>1 815</u>

## 33 — Dívidas a médio e longo prazos:

As dívidas a médio longo prazo respeitam a rendas vincendas de aluguer operacional de veículos, aluguer de longa duração e dívidas a instituições de crédito por parte das empresas participadas.

36 — Vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos:

O valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	(Em milhares de euros)	
	2001	2000
Mercado geográfico:		
Mercado interno .....	88 532	49 975
Mercado externo .....	7 934	2 871
	<u>96 466</u>	<u>52 847</u>

## 38 — Imposto sobre o rendimento:

As empresas incluídas na consolidação estão sujeitas ao regime geral de tributação a título individual, encontrando-se as declarações fiscais de rendimentos sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos até ao exercício de 1997 e de quatro anos a partir do exercício de 1998 (dez anos para a segurança social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, casos estes em que os prazos são prolongados ou suspensos.

As declarações fiscais das empresas de 1997 a 2001 encontram-se ainda pendentes de revisão pelas autoridades fiscais. As administrações das empresas incluídas na consolidação consideram que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001.

O Grupo Novabase regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporais que se verificam entre os resultados anuais determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, de acordo com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade (revista) n.º 12. O imposto sobre o rendimento no exercício de 2001, que apresenta um valor de 2487 milhares de euros, inclui o efeito do imposto diferido activo proveniente quer de prejuízos fiscais, quer resultante da utilização de programas de benefícios fiscais, totalizando, 763 milhares de euros.

A diferença entre a taxa real (20,1%) e a taxa nominal (35,2%), resulta essencialmente da utilização de benefícios fiscais.

## 39 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa-mãe durante o exercício de 2001 ascenderam a 1322 milhares de euros.

43 — Contas de balanço e demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior:

Conforme mencionado na nota n.º 23, alínea p), a empresa alterou o método de amortização dos bens adquiridos durante o exercício, não sendo no entanto significativamente relevante este impacto.

## 44 — Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

	CUSTOS E PERDAS	
	2001	2000
Juros suportados .....	656	594
Perdas em empresas do Grupo e associadas (nota n.º 18) .....	202	81
Diferenças de câmbio desfavoráveis .....	226	89
Desconto de pronto pagamento concedidos .....	1	1
Perdas alienação aplicações tesouraria .....	48	—
Outros custos e perdas financeiros .....	179	136
	<u>1 303</u>	<u>901</u>
Resultados financeiros .....	(208)	3 360

## PROVEITOS E GANHOS

	PROVEITOS E GANHOS	
	2001	2000
Juros obtidos .....	978	797
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (nota n.º 18) .....	11	32
Rendimento participações de capital .....	2	—
Diferenças de câmbio desfavoráveis .....	99	56
Descontos de pronto pagamento obtidos .....	—	9
Ganhos alienação aplicações tesouraria .....	—	3 365
Outros proveitos e ganhos financeiros .....	5	3
	<u>1 095</u>	<u>4 262</u>

## 45 — Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

	CUSTOS E PERDAS	
	2001	2000
Donativos .....	33	23
Perdas em existências .....	62	—
Perdas em imobilizações .....	31	2
Multas e penalidades .....	10	4
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	165	97
Outros custos e perdas extraordinários .....	1	990
	<u>303</u>	<u>1 116</u>
Resultados extraordinários .....	917	(639)
	<u>1 220</u>	<u>477</u>

## PROVEITOS E GANHOS

	PROVEITOS E GANHOS	
	2001	2000
Ganhos em imobilizações .....	479	46
Recuperação de dívidas .....	69	—
Redução de amortizações e provisões .....	169	7
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	105	163
Outros proveitos e ganhos extraordinários .....	397	261
	<u>1 220</u>	<u>477</u>

A rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários é composta essencialmente pelo montante dos subsídios ao investimento transferidos de balanço para a demonstração de resultados, em conformidade com a prática contabilística descrita na nota n.º 23, alínea n).

## 46 — Movimento nas provisões:

O movimento ocorrido nas provisões pode ser detalhado da seguinte forma:

	Saldo inicial	Aumentos	Varição do perímetro	Reduções	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas .....	1 052	353	84	(119)	1 370
Provisão para existências .....	10	10	—	—	20
	1 062	363	84	(119)	1 390

## VII — Informações diversas:

## 50 — Movimentos ocorridos nos capitais próprios:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 realizaram-se os seguintes movimentos:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (nota n.º 51) .....	14 100	28	—	14 128
Acções próprias .....	—	—	(44)	(44)
Prémios de emissão de acções .....	34 692	1 371	(901)	35 162
Diferenças de consolidação (nota n.º 10) .....	87	—	—	87
Ajustamentos partes capital em associadas .....	19	—	(100)	(81)
Reserva legal .....	66	506	(9)	563
Outras reservas .....	93	4 574	—	4 667
Diferença de conversão cambial .....	(138)	185	138	185
Resultados transitados .....	(191)	617	(597)	(171)
Resultado líquido consolidado do exercício:				
2000 .....	6 399	—	(6 399)	—
2001 .....	—	8 886	—	8 886
	55 125	16 167	(7 912)	63 381

De acordo com a legislação vigente as empresas que constituem o Grupo Novabase são obrigadas a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva não poderá ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

No Grupo está incluída uma empresa localizada no Brasil, cujas contas estão expressas em moeda do país. Em conformidade com a prática contabilística descrita na nota n.º 23, alínea I), estas contas foram convertidas na moeda em que se expressam as contas consolidadas gerando uma reserva de diferença cambial (v. nota n.º 24).

## 51 — Composição do capital:

Em Junho de 2001, a empresa procedeu a um aumento de capital, sendo o seu montante, integralmente subscrito e realizado, de 27 982 euros, através da emissão de 55 964 novas acções ordinárias, com o valor nominal de meio euro cada. Assim, a 31 de Dezembro de 2001, o capital social da empresa no valor de 14 128 milhares de euros, era representado por 28 255 964 acções, no valor nominal de meio euro cada.

## 52 — Dividendos:

A Novabase desde a sua constituição e, não obstante ter apresentado sempre resultados positivos, optou por nunca distribuir dividendos aos seus accionistas decidindo manter na empresa os meios financeiros necessários ao seu desenvolvimento.

## 53 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro de 2001 o detalhe dos interesses minoritários incluídos no passivo, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	2001	2000
Novabase Saúde .....	874	1 054
OctalTV .....	666	122
Novabase — Sistemas Informação .....	354	—
Celfocus .....	265	67
SAPI2 .....	202	144
SAF .....	200	206
Novabase — Desenvolvimento Medida .....	192	70
Novabase Outsourcing .....	190	187
ONTV .....	190	66
Novabase Brasil .....	168	204
CFocus .....	111	61
Novabase — Data Quality .....	99	111

	2001	2000
Novabase — Suporte Decisão .....	62	119
Novabase — Integração Processos .....	33	14
Milenar .....	26	26
Mentor.IT .....	17	13
Novabase — Gestão Empresarial .....	14	—
Novabase — Geoinformação .....	11	3
Praetor 3 .....	2	—
Mercabolsa .....	—	22
Codeware .....	—	400
Clip Anúncios .....	—	13
Manchete .....	—	71
	3 677	2 974

## 54 — Dívidas a instituições de crédito:

	2001	
	Curto-prazo	Médio e longo prazos
Empréstimos bancários:		
Dívidas a instituições de crédito:		
Descobertos bancários e linhas de crédito renováveis .....	1 753	1 983

As dívidas a instituições de crédito correspondem a descobertos bancários e linhas de crédito renováveis, descaminados da seguinte forma:

	Descobertos bancários	Emprést. bancários	Total
Octal .....	1 621	1 409	3 030
OctalTV .....	8	469	477
Sapi2 .....	—	97	97
NB Capital .....	85	—	85
SGPS .....	31	—	31
NBO .....	8	—	8
NB Brasil .....	—	6	6
	1 753	1 983	3 736

55 — Aplicações de tesouraria:

O Grupo adquiriu títulos com o objectivo de aplicações de tesouraria de curto prazo.

56 — Estado e outros entes públicos:

O conteúdo da rubrica em epígrafe é como segue:

	Saldos devedores		Saldos credores	
	2001	2000	2001	2000
Imposto sobre o rendimento — IRC .....	230	433	2 018	1 586
IRS/IRC — Retenções na fonte .....	—	—	770	474
Imposto sobre o valor acrescentado .....	290	276	4 299	3 067
Segurança social .....	—	—	1 002	583
Outras tributações .....	129	86	31	—
	<u>649</u>	<u>795</u>	<u>8 120</u>	<u>5 710</u>

A empresa não tem débitos em mora ao Estado ou outros entes públicos. Contudo, existe uma participada, cuja regularização de dívidas ao Estado foi autorizada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto — Plano Mateus; o valor total em dívida a 31 de Dezembro de 2001, ascende a 9 milhares de euros e o vencimento da última prestação é em Março de 2002.

Para além do mencionado acima, o Grupo não tem quaisquer outros débitos em mora ao Estado ou outros entes públicos.

O montante de IRC a receber resulta de *i*) pagamentos por conta superiores ao montante de imposto a pagar e *ii*) retenções efectuadas por terceiros a empresas do Grupo que geraram prejuízos no exercício. A decomposição dos saldos devedores e credores por empresa, é como segue:

	Devedores	Credores
NB, SGPS .....	69	—
Novabase — Sistemas de Informação .....	69	—
Novabase — Desenvolvimento à Medida .....	—	313
Novabase — Suporte à Decisão .....	38	—
Novabase — Data Quality .....	—	248
CFocus .....	19	—
MentorIT .....	—	3
NBO .....	—	619
Deltafor .....	—	19
Novabase Porto .....	9	—
NB Serviços .....	—	6
NB Capital .....	—	4
Novabase Geoinformação .....	—	157
Octal .....	—	48
Mind .....	—	6
Milénar .....	5	—
Novabase Outsourcing .....	—	2
Celfocus .....	—	98
Novabase — Integração de Processos .....	—	17
SAF .....	11	—
Praetor II .....	3	—
Novabase — Gestão Empresarial .....	—	5
TV Lab .....	—	—
OctalTV .....	—	609
Sapi2 .....	—	5
ONTV .....	6	—
	<u>230</u>	<u>2 018</u>

57 — Outros devedores e credores:

	2001	2000
Outros devedores:		
Empregados .....	194	139
Devedores diversos .....	12 911	1 672
Saldo devedores de fornecedores .....	—	16
Outros devedores .....	1	3
	<u>13 106</u>	<u>1 830</u>
Provisão para devedores duvidosos .....	(197)	(49)
	<u>12 910</u>	<u>1 781</u>

	2001	2000
Outros credores:		
Empregados .....	42	48
Credores por subscrições não liberadas .....	3	3
Credores diversos .....	1 918	1 886
Saldo credores de clientes .....	35	59
	<u>1 998</u>	<u>1 996</u>

Os valores a pagar a diversas entidades no âmbito de aquisições de empresas para o Grupo Novabase encontram-se relevados na rubrica de credores diversos.

58 — Acréscimos e diferimentos:

	2001	2000
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber (a) .....	24	461
Consultoria (b) .....	1 765	1 109
Outros acréscimos de proveitos .....	141	145
	<u>1 930</u>	<u>1 715</u>
Custos diferidos:		
Manutenção de <i>software</i> (c) .....	465	725
Rendas .....	58	51
Seguros .....	94	99
Conservação plurienal .....	140	243
Impostos diferidos (nota n.º 38) .....	763	157
Outros custos diferidos .....	197	132
	<u>1 718</u>	<u>1 407</u>

(a) Foram reflectidos neste exercício os correspondentes juros de aplicações financeiras, os quais só serão recebidos na data do seu resgate.

(b) Para os projectos em curso foi preparada uma relação entre os custos ocorridos e registados até final do período e facturação efectuada. Este método permite imputar a cada exercício o correspondente proveito e custo que lhe está directamente associado.

	2001	2000
Acréscimos de custos:		
Férias, subs. de férias e outros encargos com órgãos sociais .....	3 763	2 452
Juros a liquidar .....	44	48
Outros acréscimos de custos .....	1 822	325
	<u>5 628</u>	<u>2 916</u>

Proveitos diferidos:

	2001	2000
Subsídios para investimento em imobilizado .....	587	167
Facturação antecipada (d) .....	1 952	920
Manutenção de <i>software</i> (c) .....	1 351	681
Outros proveitos diferidos .....	21	137
	<u>3 912</u>	<u>1 905</u>

(c) Os contratos de manutenção de *software* são licenciados por terceiros. Para o correcto balanceamento destes serviços foram especializadas custos e proveitos os quais serão reflectidos nos resultados de 2002.

(d) Por forma a reflectir a correcta especialização dos serviços, foi diferido para 2002 facturação no montante de 1952 milhares de euros.

59 — Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciado na demonstração dos resultados consolidados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções:

A demonstração consolidada dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela directriz contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários

diferente do definido no POC para preparação da demonstração consolidada dos resultados por natureza.

Assim, o valor dos resultados extraordinários 917 milhares de euros apresentado na demonstração consolidada dos resultados por naturezas (v. nota n.º 45), foi reclassificado para as rubricas de outros proveitos e ganhos operacionais, o que proporciona as seguintes diferenças nas naturezas de resultados:

	2001			2000		
	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções	Por naturezas	Reclas-sificação	Por funções
Resultados operacionais .....	11 666	1 433	13 099	6 294	(297)	5 997
Resultados financeiros .....	(208)	208	—	3 360	(3 360)	—
Resultados correntes .....	11 458	917	12 375	9 654	(639)	9 015
Resultados extraordinários .....	917	(917)	—	(639)	639	—
Resultados líquido do exercício .....	9 888	—	9 888	6 594	—	6 594

60 — Eventos subsequentes após 31 de Dezembro de 2001:

A empresa exerceu em 28 de Fevereiro de 2002 a opção de venda de 25,1% do capital social da Infordesporto.

Início de actividade da Novabase Gestão de Activos — Sistemas Informáticos para Gestão de Activos Financeiros, S. A., em 17 de Janeiro de 2002, cuja constituição ocorreu em 23 de Outubro de 2001. O capital social é de 50 milhares de euros, representado por 50 000 acções nominativas, com valor nominal de um euro cada uma. A Novabase detém 100% do capital social desta empresa.

O Conselho de Administração: *Rogério dos Santos Carapuça*, presidente — *José Afonso Oom Ferreira de Sousa* — *Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho* — *Luis Paulo Cardoso Salvado* — *João Nuno da Silva Bento* — *Alvaro José da Silva Ferreira* — *Paulo Jorge Freire Andrez* — *João Vasco Tavares da Mota Ranito* — *João Filipe Santos Teixeira Neto* — *José Carlos de Almeida Pedro de Jesus* — *Nuno Miguel Isidoro Duarte*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

### Certificação legal das contas e relatório de auditoria das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 108 008 milhares de euros e um total de capital próprio de 63 382 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8886 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa:

a) A preparação das demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação:

a) Da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante e completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

8.1 — O perímetro de consolidação é constituído pela empresa-mãe — Novabase, SGPS, S. A. — e 31 subsidiárias. Todas as empresas subsidiárias, com materialidade, foram sujeitas a auditoria por parte de outros revisores/auditores, os quais nos facultaram as suas opiniões.

Lisboa, 7 de Março de 2002. — Oliveira Rêgo & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel de Oliveira Rêgo*.

### Relatório e parecer do conselho fiscal às contas consolidadas

1 — No desempenho das funções previstas no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao conselho fiscal emitir

o relatório e dar o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

2 — O conselho fiscal acompanhou os actos de gestão mais relevantes e efectuou verificações ao longo do ano às contas e aos sistemas de controlo interno, apresentando relatórios dos trabalhos, bem como sugestões quando as considerou adequadas. No desenvolvimento da sua actividade este conselho contou sempre com a melhor colaboração do conselho de administração e dos serviços.

3 — Nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho apreciou o relatório anual do revisor oficial de contas.

4 — No final do exercício o conselho fiscal analisou os documentos de prestação de contas e o relatório apresentados pelo conselho de administração, procedeu às verificações que considerou convenientes e apreciou a certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas, em relação à qual dá a sua concordância.

5 — *Parecer.* — Tudo devidamente ponderado, designadamente o que se contém na certificação legal das contas, somos de parecer que a assembleia geral aprove o relatório de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2001, apresentados pelo conselho de administração.

Lisboa, 7 de Março de 2002. — O Conselho Fiscal: *Pedro Rebelo de Sousa*, presidente — *João Francisco F. de A. E. Quadros Saldanha*, vogal — *Oliveira Rêgo & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel de Oliveira Rêgo*.

### Relatório de auditoria

1 — Efectuámos a auditoria ao balanço consolidado da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., à data de 31 de Dezembro de 2001, bem como às demonstrações consolidadas dos resultados por natureza e por funções do exercício findo naquela data e ao respectivo anexo e à demonstração consolidada dos fluxos de caixa e respectivo anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do conselho de administração da empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2 — A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras consolidadas contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela administração bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., a 31 de Dezembro de 2001, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 6 de Março de 2002. — O Auditor, *PricewaterhouseCoopers*.

### Extracto da acta da assembleia geral

Aos 29 dias do mês de Abril do ano de 2002, pelas 15 horas, teve lugar no Hotel Dom Pedro Lisboa, sito na Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 24, em Lisboa, por as instalações da sociedade não reunirem as condições necessárias, a assembleia geral anual de accionistas da

Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2001;
- 2 — Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas consolidadas relativas ao exercício de 2001;
- 3 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 4 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 5 — Deliberar sobre a supressão do direito de preferência dos accionistas relativamente ao eventual aumento de apital a deliberar pelo conselho de administração para suporte do plano de opção de compra de acções em vigor no Grupo Novabase;
- 6 — Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias.

A assembleia geral foi regularmente convocada, mediante aviso convocatório, devidamente publicado conforme a lei determina, que fica arquivado junto à presente acta. Encontravam-se presentes e representados os accionistas constantes da folha de presenças, representando 20 174 votos correspondentes a 20 181 970 acções, que correspondem aproximadamente a 71,43% do capital social da sociedade, que é de 14 127 982 euros.

A assembleia foi dirigida pelo presidente da mesa da assembleia geral, o Dr. Raul Bordalo Junqueira.

Encontravam-se ainda presentes o secretário da mesa da assembleia geral da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., o Dr. Diogo Leônidas Rocha, o presidente do conselho de administração, Prof. Rogério dos Santos Carapuça, os vogais do conselho de administração, Eng. José Oom Afonso de Sousa, Eng. Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho, Eng. Álvaro José da Silva Ferreira, Eng. Paulo Jorge Freire Andrez, Eng. João Filipe Santos Teixeira Neto, Eng. José Carlos de Almeida Pedro de Jesus e Eng. Nuno Miguel Isidoro Duarte, e o vogal do conselho fiscal, Eng. João Francisco Ferreira de Almada e Quadros Saldanha.

A folha de presenças e as cartas mandadeiras dos accionistas representados ficam arquivadas junto à presente acta e consideram-se parte integrante da mesma. O presidente da mesa da assembleia geral verificou que a assembleia se encontrava em condições de deliberar sobre todos os pontos da ordem de trabalhos.

Passados que foram cerca de 15 minutos sobre a hora marcada, o presidente da mesa da assembleia geral declarou aberta a sessão começando por cumprimentar os órgãos sociais da sociedade presentes, bem como os accionistas presentes, tendo dispensado a leitura integral da convocatória da presente assembleia, dado o seu conteúdo ser do conhecimento de todos os accionistas presentes, lendo apenas a ordem de trabalhos.

Dando entrada no ponto um da ordem de trabalhos o presidente da mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta:

«Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 376.º, n.º 1, alínea a), do Código das Sociedades Comerciais e das disposições estatutárias aplicáveis, propõe-se que a assembleia delibere sobre o relatório de gestão e as contas da relativas ao exercício de 2001.»

O presidente da mesa deu a palavra ao presidente do conselho de administração, Prof. Rogério dos Santos Carapuça, que fez uma apresentação gráfica das contas do exercício do ano 2001, e expôs sumariamente as conclusões constantes do relatório de gestão relativo ao ano transacto.

Retomando a palavra, o presidente da mesa solicitou aos accionistas a colocação de questões que entendessem convenientes. Não tendo sido por estes requerido qualquer esclarecimento, o presidente da mesa colocou a proposta a votação. Terminado o escrutínio, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 20 174.  
Votos contra: nenhum.  
Abstenções: nenhuma.  
Votos nulos: nenhum.

Perante os resultados, o presidente da mesa proclamou ter sido aprovada por unanimidade a proposta relativa ao ponto um da ordem de trabalhos.

A proposta do conselho de administração, bem como a documentação relativa a esta votação ficam arquivadas junto à presente acta e consideram-se parte integrante dela.

Dando entrada no ponto dois da ordem de trabalhos o presidente da mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta: «Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 376.º, n.º 1, alínea a)

e 508.º-A, n.º 1 e n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais e das disposições estatutárias aplicáveis, propõe-se que a assembleia delibere sobre o relatório de gestão e as contas consolidadas relativas ao exercício de 2001.»

O presidente da mesa deu novamente a palavra ao presidente do conselho de administração, Prof. Rogério dos Santos Carapuça, que afirmou que nada tinha a acrescentar relativamente à exposição anteriormente realizada, a qual deveria ser considerada para ambos os pontos da ordem de trabalhos, e disponibilizou-se a responder às questões que os senhores accionistas entendessem convenientes. Não tendo sido por estes requerido qualquer esclarecimento, o presidente da mesa colocou a proposta a votação. Terminado o escrutínio, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 20 174.  
Votos contra: nenhum.  
Abstenções: nenhuma.  
Votos nulos: nenhum.

Perante os resultados, o presidente da mesa proclamou ter sido aprovada a proposta por unanimidade relativa ao ponto 2 da ordem de trabalhos.

Dando entrada no ponto três da ordem de trabalhos o presidente da mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta:

«Nos termos das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, no valor de 8 678 420,25 euros seja aplicado do seguinte modo:

Reserva legal: 433 921,01;  
Resultados transitados: 8 244 499,24 euros.»

Dada a palavra ao conselho de administração, o Eng. José Afonso Sousa explicou que aquando da divulgação do prospecto do IPO, no 2.º trimestre do ano 2000, foi comunicado aos actuais e futuros accionistas a intenção do actual conselho de administração da Novabase, SGPS, de propor que nas assembleias gerais a realizar nos três anos seguintes (2001, 2002 e 2003, referente às contas, respectivamente, dos exercícios de 2000, 2001 e 2002) em que sejam apreciados os documentos de prestação de contas anuais da Novabase, os resultados

do exercício continuassem a ser investidos na própria empresa com vista a privilegiar investimentos de natureza estruturante, com impacto decisivo no crescimento e na rentabilidade da empresa. Assim, e de acordo com os preceitos legais, a proposta apresentada pelo conselho de administração foi que os resultados apurados se destinassem 5% para reservas legais e o restante para resultados transitados, conforme consta do relatório e contas.

Retomando a palavra, o presidente da mesa solicitou aos accionistas que colocassem as questões que entendessem convenientes. Não tendo sido por estes requerido qualquer esclarecimento, o presidente da mesa colocou a proposta a votação. Terminado o escrutínio, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 20 174.  
Votos contra: nenhum.  
Abstenções: nenhuma.  
Votos nulos: nenhum.

Perante os resultados, o presidente da mesa proclamou ter sido aprovada a proposta por unanimidade relativa ao ponto três da ordem de trabalhos.

(...)

Findos os agradecimentos, e nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa declarou encerrada a assembleia geral, pelas 17 horas, sendo lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente da mesa da assembleia geral e pelo secretário da mesa da assembleia geral.

As presentes deliberações da assembleia geral de accionistas da Novabase — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., Sociedade Aberta, com sede na Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Amoreiras, torre 1, 9.º, em Lisboa, pessoa colectiva n.º 502280182, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1495, com o capital social de 14 127 982 euros, são certificadas pelo signatário, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 446.º-B, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais, destinando-se a presente certificação a ser depositada junto da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa em cumprimento do disposto no artigo 42.º do Código do Registo Comercial.

Lisboa, 9 de Setembro de 2002. — O Secretário da Sociedade, *Diogo Leónidas Rocha*.  
2005934615